

MULHERES EVANGÉLICAS PARA ALÉM DO VOTO: NOTAS SOBRE PROCESSOS DE ENGAJAMENTO, POLÍTICA E COTIDIANO*

Jacqueline Moraes Teixeira¹

Livia Reis²

Resumo: Neste artigo, apresentamos uma análise dos resultados de uma pesquisa qualitativa realizada com mulheres evangélicas de diferentes denominações, idades e regiões do Brasil entre abril e setembro de 2022. Diante da centralidade assumida pelos “evangélicos” durante os anos do governo de Jair Bolsonaro e da iminência das eleições de 2022, a pesquisa buscou desvelar elementos que ajudassem a compreender os processos de engajamento políticos e cotidianos daquelas que compõem a maioria deste segmento religioso. Com base no conceito de margem (Das, 2011) e na reflexão sobre a articulação entre gênero, religião e outros marcadores sociais da diferença, abordaremos o modo como o conceito de gênero performatizado pela categoria mulher permite produzir determinados regimes de iterabilidade para narrativas políticas e também para um entendimento específico dos sentidos da política. Ao mesmo tempo, para além da vivência na igreja, as experiências cotidianas se apresentaram como um balizador importante na definição de posicionamentos e visões de mundo dessas mulheres. Argumentamos, ao final, que escrutinar a forma como esse cenário tem sido vivido, percebido e apreendido pelas mulheres evangélicas nos ajudou a pensar a religião como um elemento organizador da vida social e um marcador social da diferença que não deve ser desconsiderado.

Palavras-chave: mulheres evangélicas; família; margem e legibilidade política.

¹ Professora Adjunta na Universidade de Brasília. Professora colaboradora na Universidade de São Paulo. Pesquisadora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento e do Mecila, Brasil. E-mail: jacqueline.teixeira@unb.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9884-353X>.

² Pós-doutoranda em Antropologia Social pelo Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: liviareisa@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3696-762>

* Como citar: TEIXEIRA, Jacqueline Moraes; REIS, Livia. Mulheres evangélicas para além do voto: notas sobre processos de engajamento, política e cotidiano. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 22, n. 42, p. 11-64, 2023.

EVANGELICAL WOMEN BEYOND THE VOTE: NOTES ON ENGAGEMENT,
POLITICS AND DAILY LIFE PROCESSES

Abstract: In this article, we present an analysis of the results of a qualitative research carried out with evangelical women of different denominations, ages and regions of Brazil between April and September 2022. In the imminence of the 2022 elections, the research sought to reveal elements that would help to understand the processes of political and daily engagement of those who make up the majority of this religious segment. Based on the concept of margin (Das, 2011) and on the reflection on the articulation between gender, religion and other social markers of difference, we will discuss how the concept of gender performed by the category of woman allows the production of certain iterability regimes for political narratives and also for a specific understanding of the meanings of politics. At the same time, in addition to living in the church, everyday experiences were an important guide in defining these women's positions and worldviews. We argue, in the end, that scrutinizing the way this scenario has been experienced, perceived and apprehended by evangelical women has helped us to think of religion as an organizing element of social life and a social marker of difference that should not be disregarded.

Keywords: evangelical women; family; margin and political legibility.

“Infelizmente muitas cristãs não estão enxergando. Não olhem para o meu marido, olhem para mim que sou uma serva do Senhor, que tenho discernimento do mundo espiritual. Ele é tão falho como eu e como você porque perfeito é só Jesus e Jesus não agradeceu a todos.”

Michelle Bolsonaro, outubro de 2022

INTRODUÇÃO

A epígrafe que abre este texto é uma fala da primeira-dama Michelle Bolsonaro e foi proferida em um evento realizado na sede da Assembleia de Deus Vitória em Cristo (ADVEC), na cidade do Rio de Janeiro, logo após o resultado do primeiro turno das eleições presidenciais de 2022. O

discurso aconteceu no contexto da campanha “Mulheres com Bolsonaro”, que tinha como objetivo prioritário a busca pela consolidação do voto de mulheres evangélicas naquele pleito. Durante os 28 dias que antecederam a votação para o segundo turno³, Michelle Bolsonaro se uniu a lideranças como Damares Alves, Silvia Waiapi e Nikolas Ferreira em uma caravana que circulou pelo país participando de eventos produzidos por lideranças políticas e religiosas locais. Em todas elas, a presença do público evangélico foi significativa e escancarou a aposta de Bolsonaro na parcela do eleitorado que em 2018 garantiu a ele 70% dos votos e no interior do qual, segundo pesquisas de opinião, ele vinha perdendo apoio em 2022.

Michelle Bolsonaro, por sua vez, foi peça fundamental na tentativa de reeleição do marido. Não por acaso, atuou ativamente desde a pré-campanha, na esteira de sua participação em projetos do governo entre 2019 e 2022. Além de coordenar projetos atrelados ao Ministério da Cidadania, enquanto primeira-dama participou, ao lado de Damares Alves, de lançamentos de programas desenvolvidos pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (Teixeira e Barbosa, 2022). Sua relação com a pasta, inclusive, recebeu novos holofotes justamente em 2022, quando Michelle passou a atuar mais incisivamente na divulgação de iniciativas de combate à violência doméstica e familiar. Ao lado de Cristiane Britto, que substituiu Damares no comando da pasta, participou, ainda em maio, de um pronunciamento em cadeia nacional divulgando políticas para mulheres⁴. No vídeo, transmitido no dia das mães, ela foi identificada como primeira-dama, mulher e mãe, em uma referência direta à centralidade dessas categorias sociais nos discursos sobre família que marcaram o governo Bolsonaro.

³ Disponível em: Quem são as Mulheres com Bolsonaro, aposta para reeleição - 26/10/2022 - Poder - Folha (uol.com.br). Acessado em 23/12/2022.

⁴ Disponível no canal oficial do Youtube do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos: (2329) Pronunciamento da Ministra Cristiane Britto e da Primeira-Dama Michelle Bolsonaro - YouTube. Acessado em 23/12/2022.

Nos últimos dois anos, Michelle também passou a explorar ainda mais sua identidade religiosa. Além da visível mudança estética, que incluiu mudança do corte e da cor do cabelo, além do uso de roupas mais sóbrias, seus discursos como primeira-dama passaram a dar uma forte ênfase ao repertório e à corporeidade evangélicas. Em suas recorrentes falas públicas, também passou a dar centralidade à ideia de luta do bem contra o mal enfrentada não apenas pelos brasileiros, mas pelo Brasil enquanto nação. Para boa parte do segmento evangélico, a ideia de batalha espiritual está longe de se restringir ao mundo espiritual, estendendo-se ao mundo material. Segundo esta teologia, os problemas da ordem do cotidiano são percebidos como uma atuação contundente do inimigo, o demônio (Mariz, 1999). Ao mesmo tempo, como já indicado por Birman (1996a), são as mulheres evangélicas as responsáveis pelo papel de mediação e enfrentamento das mazelas cotidianas em ambos os mundos. De acordo com a autora, elas seriam capazes de controlar a circulação do mal e, a partir da religião, solucionar problemas de ordem material que afetam a elas e a suas famílias. Assim como Michelle se apresentou ao eleitorado de seu marido.

Após o evento de lançamento da candidatura de Bolsonaro, em julho de 2022, quando Michelle explorou fortemente a ideia de batalha espiritual, vários veículos da imprensa se concentraram em circular as inconsistências contidas em suas falas sobre as políticas públicas para as mulheres. Já nos grupos e páginas voltados para o público evangélico, entretanto, a primeira-dama apareceu comparada à Rainha Ester. Na narrativa bíblica, Ester é conhecida por ser uma mulher forte, sábia e virtuosa. Judia, casou-se com o rei da Pérsia e, em momentos cruciais de guerra, assumiu o trono para proteger o povo judeu do governo persa. Assim, enquanto parte do povo persa se sentia governado pelo rei, para o povo judeu o governo era responsabilidade de Ester e, por isso, proteger o governo persa também representava proteger o governo de Ester.⁵

⁵ Sobre o crescimento do filossemitismo e do sionismo cristão, ver Machado et al, 2022.

Seguindo a narrativa bíblica, o protagonismo assumido pela primeira-dama na campanha explorou a imagem dessa mulher forte capaz de garantir uma aliança entre o governo e seu povo. Bolsonaro, o Messias, seria o escolhido para vencer o inimigo materializado nas imagens da esquerda e do PT. Reforçando essa identificação, ao longo da campanha, Bolsonaro fez discursos que remetiam à passagem bíblica que afirma que a fé da mulher tem força para redimir o homem⁶ — e Michelle seria uma prova disso — e apostou na retórica de valorização feminina, reconhecendo as mulheres como responsáveis pelos vínculos familiares em todas as dimensões, de cuidado, econômicos e espirituais, assim como no vídeo promocional de dia das mães divulgado em maio.

Diante desse contexto, duas narrativas foram muito exploradas pela campanha bolsonarista em 2022. A primeira afirmava que, em caso de uma eventual vitória do candidato Lula, seria implantado um regime comunista que perseguiria igrejas cristãs. Já a segunda apostou nas temáticas da família e da infância, supostamente ameaçadas em caso de vitória “da esquerda”. Ambas dão continuidade a uma retórica persecutória e de minoritização que marcam a presença pública dos evangélicos no país (Burity, 2018; Vital da Cunha, 2020). Para justificar a narrativa, exemplos de casos que estariam ocorrendo em outros lugares do planeta, não raramente com mobilização de fake news e de vídeos descontextualizados, ilustravam a ameaça e reforçavam a sensação de insegurança.

Já a ideia de defesa irrestrita da liberdade, incorporada em 2022 ao lema “Deus, Pátria e Família” que elegeu Bolsonaro em 2018, ajudou dar sentido a este circuito narrativo, pois tanto a liberdade religiosa quanto a liberdade para escolher sobre a educação dos filhos, por exemplo, estariam ameaçadas em caso de derrota de Bolsonaro. Trata-se de algo próximo do que nos fala

⁶ “Pois o marido descrente é santificado por meio da mulher, e a mulher descrente é santificada por meio do marido. Se assim não fosse, seus filhos seriam impuros, mas agora são santos” (I Coríntios 7:14).

Mbembe (2017) ao descrever o que chama de paradoxo da democracia: defende-se o fim do estado de direito para proteção de um direito próprio. É dessa demanda por liberdade, inclusive, que surge o termo cristofobia, que caracteriza como perseguição toda legislação ou decisão judicial que vá de encontro aos preceitos religiosos de determinados tipos de cristianismo. Sob essa ótica, cristãos estariam sendo cerceados de professar sua fé — como por exemplo quando impedidos de falar publicamente que a homossexualidade é pecado. Inclusive, não é por acaso que o STF e os governos do PT, pelos poucos, mas significativos avanços que fizeram no âmbito da garantia dos direitos de minorias, são associados ao mal e à perseguição. A liberdade religiosa, nesse sentido, não garante a existência de diferentes religiões e, no limite, dos diferentes, mas denota que cristãos devem ter a liberdade de agir da forma como quiserem, já que a base bíblica de suas ações deve ser respeitada como liberdade de crença. Ao fim e ao cabo, trata-se de uma disputa em torno de marcadores sociais da diferença e das relações coloniais de poder que estão na base delas.

Cabe ressaltar, entretanto, que nenhuma dessas narrativas configuram exatamente uma novidade. Todas ajudaram a eleger Bolsonaro em 2018 (Vital da Cunha, 2020), mas já podiam ser identificadas nos discursos daquilo que Pierucci (1987) identificou como “a nova direita” brasileira que se estabeleceu no período pós-redemocratização. Certamente, um elemento importante que não aparecia com a mesma força no período analisado por Pierucci é a centralidade da categoria mulher na produção do engajamento às pautas de direita e extrema direita. Isso se deu, em parte, porque a agenda moral ganhou força também como resposta a institucionalização do feminismo estatal, cujo ativismo político foi fundamental na implementação de políticas públicas para as mulheres, como é o caso da Lei 11.340, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha (Sanches, 2021). Nesse processo, o imaginário político do “irmão vota em irmão”⁷ — peça chave na construção de um ativismo

⁷ Livro escrito por Josué Sylvestre, liderança da Assembleia de Deus ministério de Belém, que falava sobre a atuação das lideranças evangélicas na Constituinte.

evangélico durante a Constituinte em 1986 — abriu espaço para o “irmã vota em irmã”, trazendo a necessidade da imagem da mulher no centro do engajamento mesmo que para garantir a legibilidade de candidaturas masculinas, como fizeram Damares Alves e Michelle Bolsonaro.

Como resultado de todos esses esforços, a retórica persecutória foi encampada de maneira ainda mais explícita do que em 2018 por lideranças das principais igrejas evangélicas do país, desde pentecostais como Assembleias de Deus e Igreja Universal a igrejas históricas como Presbiterianas e Batistas. Segmentos da Igreja Católica, sobretudo aqueles ligados à Renovação Carismática, também apoiaram abertamente a reeleição de Bolsonaro e replicaram discursos de pânico moral e *fake news*. Também não foram poucos os relatos de ameaças a fiéis que não apoiassem Bolsonaro dentro de grandes e pequenas igrejas⁸, seja com promessa de expulsão, seja com isolamento do restante da comunidade de fé. Por outro lado, todo esse apoio explícito não se deu sem críticas. Evangélicas/os críticas/os a Bolsonaro denunciaram publicamente as ameaças vividas⁹ e relataram como todo o processo político vinha afetando a convivência dentro das igrejas, incluindo casos de violência armada¹⁰.

Diante desse contexto, tornou-se urgente questionar como todo esse discurso vinha sendo recebido por mulheres evangélicas e escutinar suas percepções sobre a família Bolsonaro, mas também sobre suas noções de cidadania, direitos individuais e coletivos. Afinal, como o pânico moral

⁸ Exemplos de ameaças podem ser encontrados aqui: Pastores fazem pressão por voto e ameaçam fiéis com discurso religioso (uol.com.br), aqui A Gazeta | Apoio a Bolsonaro: Igreja Presbiteriana quer afastar fiéis da esquerda | Gazeta Online, aqui Assembleia de Deus apresenta resolução para punir pastores que ‘defendam, pratiquem ou apoiem’ pautas de esquerda | Eleições 2022 | O Globo e aqui <https://folhagospel.com/congregacao-crista-do-brasil-pre>. Acesso em 23/12/2022.

⁹ Disponível em: Os evangélicos que mudaram de igreja por causa do bolsonarismo (uol.com.br). Acesso em 23/12/2022.

¹⁰ Disponível em: Fiel é baleado por PM durante briga por política em igreja de Goiânia, diz família | Goiás | G1 (globo.com). Acesso em 23/12/2022.

amplamente mobilizado no interior das igrejas se articulou às preocupações cotidianas dessas mulheres? Como e por que a categoria família produziu engajamento político? Entendemos que buscar respostas a perguntas desse tipo poderia ajudar a complexificar as análises sobre a forma como a religião aparece como um elemento organizador da vida social e se mostra um marcador social da diferença que não deve ser desconsiderado (Lindkvist, 2013; Emerson *et al*, 2015).

Entendemos, ainda, que parte desse esforço exige compreender a religião a partir das práticas cotidianas. Como ressaltado em outro texto (Reis, 2021), os movimentos produzidos pelos próprios crentes e aquilo que eles dizem sentir, viver e reivindicar devem ser considerados tanto quanto os discursos das lideranças. Estudos que assumem a religião vivida como base das suas análises indicam que priorizar as narrativas institucionais significa reconhecer uma hierarquia entre as formas de viver e apreender a religião que ignora suas contradições e ambivalências (Schiellke; Debevec, 2012). Nesse sentido, consideramos que desvelar as formas de viver a religião é fundamental para compreendermos os novos sentidos atribuídos à ideia de ser evangélico e tudo o que vem atrelado a isso.

Orientadas por essas e outras questões, coordenamos, entre abril e setembro de 2022, uma pesquisa que tinha como objetivo produzir dados qualitativos que trouxessem novas perspectivas sobre mulheres evangélicas, processos de engajamento e cotidiano. A pesquisa foi desenvolvida pelo Instituto de Estudos da Religião (ISER) e ouviu 45 mulheres de diferentes regiões do Brasil, entre 16 e 65 anos, oriundas das classes C e D¹¹. O trabalho contou com a assessoria de pesquisa de Ana Carolina Evangelista (ISER/CPDOC) e João Luís Moura (Mackenzie) e assistência de pesquisa de Felipe dos Anjos (IBAB/UMESP). Ana Carolina Costa (Unilab), Chirley Mendes (UFNT), Fabiana de Andrade (USP), Juliana Farias (Unicamp), Lorena Mochel (UFRJ), Magali Cunha (ISER), Sabrina Almeida (Cebap)

¹¹ Registramos nossos profundos agradecimentos ao ISER e aos pesquisadores que não mediram esforços para a realização dessa pesquisa e sem os/as quais ela não existiria.

e Tatiane Duarte (UnB) foram pesquisadoras colaboradoras e conduziram as entrevistas.

Algumas perspectivas orientaram todo o roteiro de perguntas e a análise posterior dos dados. Como destacado anteriormente, a primeira delas foi levar a sério a importância da igreja na vida cotidiana dessas mulheres, isto é, compreender o que a igreja oferecia a elas a partir de uma abordagem não funcionalista. Assumir esse lugar, inclusive, nos permitiu entender melhor suas expectativas de futuro e narrativas sobre sonhos, esperanças, e eventualmente, sobre pessimismo também. Procuramos, ainda, compreender o peso dado às chamadas pautas morais, compreendendo-as para além dos debates sobre direitos sexuais e reprodutivos, e a questões relativas à sobrevivência e ao cuidado das famílias para definição do voto. Com isso, tentamos identificar quais os valores-chave para essas mulheres tanto no plano individual quanto no plano comunitário, incluindo o que entendiam por justiça, liberdade, honestidade, dignidade e igualdade. Estendendo para o plano político, exploramos temas como corrupção, condução da pandemia, organização dos três poderes e política institucional.

Neste artigo, apresentamos uma análise exploratória dos resultados desta pesquisa, destacando pontos que indicam as ambivalências que atravessam as existências e os posicionamentos políticos de mulheres que frequentam diferentes igrejas evangélicas do país. Com base na produção de Veena Das, discutiremos, em um primeiro momento, o modo como o conceito de gênero performatizado pela categoria mulher permite produzir determinados regimes de iterabilidade para narrativas políticas e também para um entendimento específico dos sentidos da política. Em seguida, apresentaremos a metodologia, recorte de análise e os principais dados da pesquisa qualitativa “Mulheres evangélicas, política e cotidiano”. Por fim, discutiremos como, a despeito das tentativas de construção de uma suposta unidade evangélica por parte de lideranças religiosas e políticas (Machado, 2018, Sant’Anna, 2017; Reis, 2021), a pesquisa demonstra que, sobretudo quando pensados em articulação com outros marcadores sociais da diferença, são múltiplos os fios que ajudam a compor a percepção de mundo das mulheres evangélicas.

Com algumas exceções, raramente esse fio se apresentou de forma linear ou fechado para mudanças. Para além da vivência na igreja, suas experiências enquanto mulheres se apresentaram como um balizador importante na definição de seus posicionamentos e visões de mundo.

O CONCEITO DE GÊNERO E A LEGIBILIDADE DA POLÍTICA

Introduzimos esse texto apresentando um trecho da fala de Michelle Bolsonaro em um evento de campanha de Jair Bolsonaro à reeleição. Ao pedir para que os presentes olhassem para ela ao invés de olhar seu marido, Michelle se apresentou como mediadora direta para os votos nele. No enquadramento da cena, Bolsonaro não está presente, Michelle é a protagonista. Vestindo uma camiseta com as cores da bandeira do Brasil, ela se identificou como alguém que poderia ocupar o centro porque conhece a dinâmica do mundo espiritual e a forma como esse mundo subsiste na política. Recorrer a essa cena nos parece pertinente na medida em que permite compreender as relações entre gênero, religião e política, mas também sobre corpos, corporalidades e os processos de elaboração da legibilidade da política.

A primeira noção importante para pensar os processos de elaboração da legibilidade da política é a de margem, uma ferramenta que nos ajuda a pensar o Estado a partir de suas práticas e das capilaridades do poder. Como base conceitual, recorreremos ao trabalho de Veena Das (2011), que pensa as formas como o Estado se apresenta às pessoas, não raramente de forma violenta, ao mesmo tempo em que considera a relação da população com equipamentos que esse mesmo Estado disponibiliza. Estar nas margens, portanto, significa estar em lugares/situações passíveis de pacificação pelos mecanismos de poder. Ao mesmo tempo, é também onde o próprio Estado é reinterpretado e renegociado a partir de condições específicas. Mais do que uma decorrência direta das práticas do Estado, as margens são uma condição sem a qual ele não existiria. Nesse sentido:

An anthropology of the margins offers a unique perspective to the understanding of the state, not because it captures exotic practices, but because it suggests that in such margins are a necessary entailment of the state, much as the exception is a necessary component of the rule (*Das, 2011*, p. 4).

Para a autora, a centralidade do poder só existe à medida em que sua materialidade é legitimada entre quem ocupa as margens. Para muitos dos fiéis que vivem nas margens, os encontros com o estado (Trouillot, 2001) são, via de regra, marcados pela ilegitimidade de suas leis, pela inacessibilidade de seus benefícios, pelo controle de seus corpos e por variados tipos de violência. A legibilidade da política exigiria, portanto, um esforço contínuo de comunicação, de interação e de reconhecimento. Trata-se, fundamentalmente, de uma costura de sentidos constituída a partir da margem. Ao centro, caberia o exercício contínuo de tentar capturar elementos que produzem as relações de engajamento e garantem a continuidade e o exercício do poder (*Das, 2011*; *Das e Poole, 2004*). Nesse sentido, margem não se configura como um lugar ou um espaço físico, mas diz respeito a uma gramática que compreende desde atos burocráticos a pedagogias que permitem a gestão de uma população que habita um determinado território. Por isso, o conceito é atravessado por uma noção de política como experiência da vida cotidiana, pois, para a compreensão da relação entre poder central e as populações marginalizadas, torna-se substancial refletir acerca das manifestações locais da política como expressões do cotidiano (*Das e Poole, 2004*).

Desse modo, discorrer sobre política com enfoque nos processos de produção de sua legibilidade exige tensionar a noção de política a partir do conceito de margem, um movimento que considera um olhar sobre a institucionalidade, mas também para as negociações, conflitos, imagens e outros elementos que permitam refletir sobre a construção dos processos de reconhecimento e legitimação. Nesse sentido, falar de política consiste em mapear algumas dessas gramáticas de reconhecimento, e é nesse sentido que gênero, raça e religião surgem como marcadores sociais primordiais. Eles co-constituem os sujeitos, suas existências e experiências no mundo na

medida em que modulam regimes de ação, redes de relação, de produção de diferenças e desigualdades. Também são fundamentais como técnica de organização das pessoas em redes nos territórios ao mesmo tempo em que são instrumentos de tradicionalização, produção e reprodução de poder. Em contrapartida, também ajudam a produzir frestas e dobras a partir das quais se torna possível mover-se por entre as engrenagens. E as mulheres evangélicas desta pesquisa são bem representativas disso.

GÊNERO, RELIGIÃO E POLÍTICA COMO CATEGORIAS EM ARTICULAÇÃO: O DESENHO DA PESQUISA

A noção de categorias em articulação (Crenshaw, 2000), que antecede o conceito de interseccionalidade e foi usada para pensar eixos de sujeição e estratégias de resistência, surgiu como um cuidado teórico-metodológico comum às análises antropológicas sobre as desigualdades constitutivas das relações sociais em contextos atravessados pela colonialidade (Piscitelli, 2013). Grosso modo, ela aponta para a necessidade de olhar para os pontos nos quais diferentes relações de poder se articulam. É desse exercício que raça, classe e gênero emergem como categorias que precisam ser compreendidas como eixos articulados (McClintock, 1998 e 2010; Collins & Bilge, 2021), procedimento analítico que mobilizou todo o processo de desenho de pesquisa.

Entretanto, cabe ressaltar que a necessidade de articular pertencimento religioso e identidade de gênero para pensar a produção de um ethos político é uma preocupação das pesquisas socioantropológicas produzidas no Brasil, sobretudo a partir da consolidação do pentecostalismo como um fenômeno protagonizado por mulheres. Regina Novaes (1985) já apontava para o papel fundamental das mulheres na tessitura de rupturas e continuidades provocadas pela adesão ao pentecostalismo, indicando modelos de atuação e pertencimento tanto para homens quanto para mulheres. Já Mariz (1994), a partir de seus estudos sobre alcoolismo e violência doméstica, mostrou a igreja como um espaço constitutivo de moralidades e produtor de pedagogias

para novas condutas sociais (Rosas, 2021). Esse mesmo exercício analítico que, parte da análise de eixos distintos de sujeição, aparece nos já citados trabalhos de Patricia Birman (1996a, 1996b), com destaque para o uso que a autora faz da noção de mediação para pensar os arranjos que as mulheres convertidas ao pentecostalismo construíram entre o mundo espiritual e a família terrena. Essa análise articulada permite um olhar para a agência das mulheres, principalmente em contextos pentecostais, como mostrou o trabalho de Machado (1996) sobre família, sexualidade e adesão religiosa.

Mafra (1996; 2012), por sua vez, trouxe um elemento importante para pensar a articulação entre pertencimento religioso, identidade de gênero e política. Ao abordar processos de gestão das condutas, a autora apresenta as histórias de Inácia e Magnair, um casal evangélico que performa o que a autora chama de “amor pentecostal”. Após uma trajetória de sofrimento e de situações repetitivas de violência, o casal reconhece uma mudança de vida depois de acessar um estado de bem estar cujo imaginário estava intrinsecamente relacionado a uma concepção de crise atrelada às noções de sofrimento e sacrifício. Na retórica do casal, uma vida baseada na performance correta dos papéis sociais que homens e mulheres devem desenvolver no mundo teria condicionado a vitória alcançada. Mafra (2012) chamou de relação metonímica o modo como o casal metamorfoseava a completude de papéis de gênero na construção do sucesso, que ao mesmo em que era individualizado também era coletivizado na medida em que garantia o sucesso da nação.

Mais recentemente, Rosas (2021) apresentou um levantamento significativo sobre regimes de articulação entre gênero e religião. Nesse levantamento, é possível concluir que a década de 1990 é importante para construção desse arranjo analítico, ainda que com pouco lugar para o uso direto do conceito de gênero. Com exceções, como no caso de Birman (1995), “mulher” ainda aparece como categoria analítica essencial, situação que muda com trabalhos que passam a usar o conceito de gênero principalmente nos estudos sobre a Igreja Universal do Reino de Deus (Teixeira, 2016) e nos estudos sobre direitos reprodutivos nas arenas parlamentares (Luna, 2008; 2016).

Este artigo, por sua vez, tem como objetivo se inserir neste campo de debates e contribuir para as discussões sobre a articulação de categorias de sujeição, tais como gênero, religião e política. Ele parte do levantamento quantitativo publicado pelo Datafolha em 2020, que reforçou alguns dados sobre o perfil religioso da população brasileira presentes no Censo de 2010¹². De acordo com a pesquisa, quase 60% dos evangélicos no Brasil são mulheres e negras, e grande parte delas frequenta denominações que compõem o cenário pentecostal brasileiro. Apesar desse número expressivo, entendemos que nem as pesquisas de intenção de voto nem pesquisas quantitativas e qualitativas sobre mulheres e política conseguem dar conta de elementos que nos permitam analisar de forma segmentada as mulheres evangélicas, suas nuances e sua diversidade. Evidentemente, não temos a menor pretensão de sanar essa lacuna, apenas apresentar reflexões que ajudem a desvelar alguns aspectos de unidade e diferenciação a partir da forma como mulheres evangélicas percebem cotidiano e política.

Em geral, pesquisas quantitativas¹³ indicam que o engajamento em pautas armamentistas e discursos violentos é atravessado pela variável de gênero. Entre as mulheres, há uma recusa à apologia da violência, inclusive aquelas direcionadas a outras religiões, um dado que a presente pesquisa também aponta. Sobretudo entre mulheres situadas nos estratos mais baixos da população, há uma valorização de políticas públicas de cuidado para elas e seus familiares, um desejo de autonomia financeira e igualdade de direitos, com foco nas preocupações para as questões cotidianas, traduzidas a partir da ideia de família. Isso porque mulheres são responsáveis pelo cuidado e pela subsistência das famílias e, por isso, dão prioridade a ofertas de ações

¹² Ambos os dados podem ser encontrados na plataforma Religião e Poder. Disponível em As religiões no Brasil - Religião e Poder (religioepoder.org.br). Acesso em 23/12/2022.

¹³ Como é possível ver nos dados da pesquisa qualitativa realizadas em 2022 pela Parceria: Cenpec, Ação Educativa e Data Folha intituladas: "Educação, valores e direitos" <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2022/07/brasileiros-tem-opinioes-liberais-sobre-educacao-diz-pesquisa-datafolha.shtml?origin=folha>. Disponível em 23/12/2022.

públicas que façam diferença na gestão da vida cotidiana, algo que tem sido instrumentalizado por movimentos políticos de direita apenas sob o mote de “defesa da família”.

Família, por sua vez, também não se resume a uma imagem abstrata de cunho moralista, tal como é usada por esses atores dentro e fora dos espaços religiosos. Trata-se de um elemento afetivo e social importante, diretamente ligado à responsabilidade dos vínculos que recaem sobre as mulheres, além de uma categoria central para compreensão da religiosidade evangélica. Estudos já demonstraram que, em igrejas como a Universal (Teixeira, 2016 ; 2018), a unidade de análise deve ser a família, não o indivíduo, e não é por acaso que a comunidade de fiéis também é percebida como família (Reis, 2018). Inclusive, essa é uma das razões pelas quais precisamos qualificar nossa percepção sobre o impacto das ações sociais desenvolvidas no âmbito do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos no governo Bolsonaro, todas chamadas de “políticas públicas familiares”. A figura da ex-ministra, pastora e advogada Damares Alves é essencial para esse entendimento.

Como demonstrado anteriormente, tanto ela quanto Michelle Bolsonaro personificaram as propostas de ação social do governo Bolsonaro. Como apontado em outro artigo (Teixeira e Barbosa, 2022), ainda que “família” tenha sido um elemento insistente no discurso bolsonarista, coube ao ministério de Damares construir a materialidade dessas afirmações. Para isso, fez uso do repertório de políticas públicas para mulheres, crianças e idosos desenvolvidas nos governos anteriores, agora redesenhadas, restringidas e reorganizadas sob o nome de “políticas públicas familiares”. Isso conferiu ao governo Bolsonaro um certo reconhecimento por promover políticas de cuidado e de assistência, ainda que, ironicamente, o Ministério tenha aplicado o menor percentual de orçamento público dos últimos tempos (Teixeira e Melo, 2022).

Diante das questões apresentadas até aqui, a proposta de realizar uma análise que privilegiasse a articulação da religião com outros marcadores sociais da diferença exigiu que construíssemos uma metodologia qualitativa sem a densidade da etnografia, tanto por conta da dimensão multissituada

da pesquisa quanto pelo tempo escasso que tínhamos para coletar os dados. Optamos, então, pela realização de tríades, isto é, sessões mediadas por uma pesquisadora responsável por direcionar questões a partir de um roteiro semi-estruturado. As participantes da pesquisa foram distribuídas nas tríades considerando as seguintes variáveis: perfil geracional; renda; região; perfil étnico-racial e pertencimento denominacional. Priorizamos reunir mulheres do mesmo grupo etário (16-19 anos; 20-30 anos; 30-45 anos e 45-60 anos), de regiões e denominações religiosas diferentes.

Nas tríades também é possível perceber algumas características dos grupos focais, outra técnica de análise qualitativa, como o fato de reunir numa mesma sessão pessoas com interesses comuns que interagem a partir de proposições introduzidas por um mediador. No entanto, o caráter mais exclusivista das tríades, que reúne apenas três participantes, permite que o ambiente seja constituído por uma interface entre outros métodos qualitativos, como é o caso das entrevistas semi-estruturadas ou das entrevistas em profundidade. Isso porque a dinâmica metodológica de tríade permite que os participantes estabeleçam distinções, marquem posicionamentos e criem uma interação em que a mediadora não é a única a interpelá-los. As demais entrevistadas assumem esse papel na medida em que cada uma vai respondendo à interpelação da outra. Na análise dos dados, procuramos colocar em perspectiva as variáveis de raça, classe e pertencimento denominacional por entender que elas poderiam interferir na forma como as mulheres se posicionaram durante a conversa.

A escolha das mulheres participantes se deu por meio de um questionário de recrutamento que cruzava as seguintes variáveis: perfil geracional; renda; região; perfil étnico-racial e pertencimento denominacional. O recrutamento foi feito por uma empresa externa e se deu via mídias sociais. Consideramos importante que as participantes não se conhecessem e frequentassem igrejas em endereços distintos. Priorizamos, também, que as entrevistas pudessem ser realizadas via whatsapp e não apenas em plataformas para reuniões online. Entendemos que isso poderia afetar o recorte de renda que buscamos.

Apesar de não ser uma variável, um outro cuidado importante em relação ao recrutamento foi tentar garantir que houvesse diversidade com relação ao tempo de pertencimento religioso das participantes, permitindo que em um mesmo grupo houvesse mulheres que se tornaram evangélicas via conversão e aquelas que já nasceram em famílias evangélicas. Também procuramos, durante o processo de recrutamento, garantir uma maior pluralidade relacionada ao voto e ao formato de engajamento no pleito eleitoral de 2018, incluindo eleitoras de Bolsonaro, Haddad, aquelas que escolheram anular o voto ou não quiseram ou puderam votar. Com algumas variações devido às dinâmicas relativas a cada um dos grupos, as entrevistas obedeceram a um roteiro semi-estruturado dividido em cinco eixos: 1) Narrativa de si e pertencimento religioso/político; 2) Perfil eleitoral; 3) Narrativa nacional; 4) Família e 5) Mídias sociais. As conversas foram mediadas por pesquisadoras mulheres.

A primeira parte do roteiro permitiu que as entrevistadas discorressem sobre seu pertencimento religioso e falassem sobre processos de conversão, trânsito religioso, relação entre igreja e família, participação comunitária e rotina desenvolvida em seu contexto eclesial, incluindo atividades realizadas dentro e fora dos templos. Como ficará demonstrado, essa parte foi fundamental para a compreensão das percepções acerca da centralidade da igreja e da relação que as participantes estabeleciam entre a igreja e suas trajetórias individuais e familiares. Nesse momento das tríades, também foi possível apreender a percepção das entrevistadas sobre as relações entre religião e política, estado laico, bem como a percepção acerca do que seria função do Estado e do que seria uma atribuição legítima das igrejas.

A segunda parte abriu espaço para uma interação mais aprofundada sobre o engajamento político e política institucional. Para tanto, esse item foi organizado de modo a permitir que as participantes discorressem sobre as eleições de 2018, evidenciando os critérios para a escolha de candidatas/os para os poderes legislativo e executivo e suas opiniões sobre a eleição de Bolsonaro. Essa parte do roteiro também abriu margem para que as

participantes descrevessem o perfil das pessoas em quem votaram e os critérios que utilizaram para definir seu candidato ideal.

A terceira parte pode ser considerada a mais longa e complexa por lidar com temas de intenso debate público, tais como, a percepção dos acontecimentos da pandemia, a crise sanitária e a crise econômica, além da avaliação sobre o papel do governo federal em meio a essas crises. Esse foi um espaço para debates sobre temas como liberdade religiosa, racismo religioso e cristofobia. As questões de gênero e sexualidade também foram aqui abordadas, conduzindo a diálogos sobre “ideologia de gênero”, ensino da educação sexual nas escolas e feminismos. O último item desta parte abordou questões sobre a compreensão da democracia, se políticos eleitos poderiam mudar a realidade do país, perspectivas de investimento do dinheiro público e suas ideias de futuro para o Brasil.

A parte quatro do roteiro, intitulada família, pode ser compreendida como o eixo central da tríade, na medida em que buscou compreender como as interlocutoras pensavam a noção de família e como elas se articulavam às suas noções de política. Foram abordados temas como dinâmica familiar, atividades de cuidado e responsabilidade das mulheres, sobrecarga de trabalho e conjugalidades. Nosso intuito foi apreender os modos como família, pertencimento e reconhecimento seriam valores ao mesmo tempo em que articulavam sentidos para além dos limites da moralidade, atravessando o senso de responsabilidade civil, subsistência e perspectivas sobre políticas públicas.

A quinta e última parte tratou de exemplos mais práticos, com a introdução de imagens, cartão de valores e outras estratégias que dessem conta de registrar possíveis afetos e identificação de determinados valores na política.

No total, foram entrevistadas 45 mulheres pertencentes às classes C e D, de acordo com a classificação do IBGE. A maioria se declarou parda, seguidas por brancas, pretas e uma amarela. Desse total, 28 eram mães e 17 não tinham filhos. Destas, 10 eram estudantes, quatro eram brancas, 12 negras e uma amarela; 15 eram solteiras, uma casada e uma divorciada.

Entre as 28 mães, 18 eram casadas, oito eram solteiras, uma divorciada e uma viúva. Desse total, 18 eram negras e dez eram brancas.

Sobre o pertencimento denominacional, procuramos abranger igrejas históricas de missão e igrejas pentecostais, dando mais prioridade às pentecostais. No entanto, cabe destacar que todas as igrejas batistas foram classificadas, durante a seleção da empresa de recrutamento, como igrejas históricas apesar de muitas delas serem renovadas, isto é, mais próximas da religiosidade pentecostal. Isso significa dizer, por um lado, que a grande maioria das entrevistadas era de matriz pentecostal. Por outro, essa dificuldade revela que as classificações comumente utilizadas para organizar o campo religioso brasileiro (Freston, 1994) já se mostram insuficientes para enquadrar as diversidades e cruzamentos que permeiam o segmento evangélico. Se pensarmos em termos de campo religioso, como nos propõe Bourdieu (2011), a posição dos atores e as disputas de poder mudaram radicalmente nas últimas décadas, de modo que os espelhamentos e afastamentos entre diferentes denominações refletem essa mudança, borrando ou acentuando as distinções entre elas.

Como ficará melhor explicitado abaixo, a pesquisa também apontou para um intenso trânsito religioso entre igrejas evangélicas diferentes, de pentecostais para históricas e vice-versa, mudanças essas orientadas mais pelos sentidos de acolhimentos nas igrejas ou questões práticas do cotidiano do que por afinidades teológicas. Isso não significa, de forma alguma, questionar a importância dessas classificações, mas registrar suas limitações. Se, em determinado momento, o esforço taxonômico das igrejas evangélicas a partir de seu contexto sócio-histórico de fundação foi importante, atualmente essas fronteiras têm se mostrado menos bem delimitadas. Por isso mesmo, neste trabalho escolhemos falar somente em mulheres evangélicas, de forma bem geral.

A IGREJA COMO ESPAÇO DE LEGIBILIDADE DA POLÍTICA

O que a igreja oferece, afinal? Essa pergunta fazia parte do primeiro eixo do roteiro de entrevistas e tinha como objetivo escrutinar a importância da igreja para além da ajuda no enfrentamento de eventos críticos e do acesso a ações de assistência social. Estas, inclusive, são consideradas a partir de uma abordagem que as reconhece como importantes tanto para quem doa quanto para quem recebe. Como já indicavam outros trabalhos (Scheliga, 2010; Teixeira, 2016, Reis, 2018), a doação do tempo em atividades da igreja é um indício não apenas de prosperidade em seu sentido amplo, mas também uma forma de transformar sua fé em obras, “já que uma fé sem obras é uma fé morta”. Nesse sentido, paz, acolhimento, recepção, preenchimento, completude, comunidade, comunhão e união foram algumas das muitas respostas dadas pelas entrevistadas quando perguntadas sobre o que as levava às igrejas. Momentos de louvor, adoração e a pregação dos pastores também foram elencados como preferidos pela maioria. Em resumo, as mulheres evangélicas entrevistadas priorizam cantar, aprender, escutar e orar, sendo a igreja o lugar por excelência onde essas práticas se realizam. Nesse sentido:

“A igreja para mim é um dos melhores lugares que eu gosto de frequentar porque lá, eu me sinto bem lá, estou na presença do senhor o tempo todo e é um lugar que me traz paz e que eu procuro sempre permanecer, nunca desviar desse caminho da igreja”.

Marta, branca, 47 anos, Igreja Batista, Salvador

Além disso, é possível dizer que é compartilhada entre elas uma noção estendida de família para além dos laços consanguíneos. Se, por um lado, muitas dessas mulheres se converteram ou passaram a frequentar a igreja devido à influência de tias e tios, avós e avós, sobrinhos e sobrinhas ou até mesmo dos filhos e filhas, a família espiritual construída na e a partir da igreja também é muito valorizada. Apesar da percepção da igreja como um lugar de acolhimento, a amostra permitiu identificar um intenso trânsito

religioso entre denominações evangélicas. Muitas das entrevistadas já haviam mudado de igreja, algumas por mais de uma vez. Esse dado nos permite revelar alguns sentidos que suscitam a necessidade de mudança, que nem sempre são de ordem teológica ou denominacional. Para as entrevistadas, questões de ordem prática como proximidade da casa ou do trabalho, ou, ainda, maior prioridade com educação e gestão da vida cotidiana dos filhos ou de outras pessoas da família também apareceram como causas recorrentes para justificar mudanças de igreja. Mais importante, no entanto, foi o argumento de sensação de acolhimento e a forma como se sentiram recebidas por seus pares evangélicos. Igrejas onde pessoas julgam umas às outras não foram bem avaliadas pelas entrevistadas. Inclusive, a falta de senso de comunidade e acolhimento fez com que muitas delas migrassem de igreja, como nos explicam Bianca, membra da Igreja Quadrangular¹⁴:

“[O que me faz ficar em uma igreja?] A recepção! Antes de ir para a minha igreja, eu ia pra outra, só que a gente não foi bem recepcionado, sabe? Eu esperava mais, então na minha eu sinto mais isso da recepção”.

Bianca, branca, 32 anos, Belo Horizonte

A igreja também era vista como um espaço responsável por unir famílias, seja porque as famílias vão juntas às igrejas, seja porque a espiritualidade dá suporte para enfrentamento de questões familiares cotidianas. Por isso, inclusive, parte considerável das entrevistadas criticou abertamente a mobilização da política nos espaços religiosos. As críticas mobilizaram dois argumentos. Por um lado, alegaram que a postura de líderes religiosos contribuía para semear a desunião nesses espaços, justamente o contrário do que é buscado nas igrejas. Por outro, elas alegaram ter discernimento suficiente para fazer suas escolhas eleitorais por vias próprias, embora quase nenhuma tenha se lembrado do voto para o Legislativo nas últimas eleições.

¹⁴ Os nomes são fictícios e foram usados para proteger a identidade e garantir o anonimato das participantes da pesquisa.

Houve, evidentemente, mulheres que disseram ter despertado para o engajamento político e para a importância do voto a partir dos conselhos de lideranças religiosas, mas foram minoria. Houve, ainda, cortes geracionais muito bem marcados em relação a narrativas nacionais. O segmento mais jovem da pesquisa, inclusive, composto majoritariamente por pessoas de segunda geração evangélica, mostrou-se mais alinhado ao discurso bolsonarista em pautas econômicas e morais. Esse segmento também destacou com satisfação a grande presença de jovens em suas igrejas e a infinidade de formas de engajamento disponibilizadas a eles pelas igrejas, inclusive por meios eletrônicos.

“O que eu mais gosto é que tem muito jovem na minha igreja. Então a gente sempre tá saindo junto, sempre tem acampamento, enfim, a igreja é bem... tem uma comunhão forte! E o que eu menos gosto... tô pensando até agora (risos). É mais difícil, eu gosto bastante de lá”.

Ester, parda, 17 anos, Igreja Renascer em Cristo, São Paulo

“A Igreja também é Centro Comunitário”; “tem centro de saúde, balcão de justiça, tem atendimento de psicólogo, advogado, cardiologista, dentista, a igreja é enorme, funciona uma faculdade batista também, funciona PRONATEC também, porque trazem de fora pra comunidade, porque minha igreja fica numa comunidade aqui em Salvador, chamada Ferreira Santos, uma comunidade bem carente então a igreja atende essa e as comunidades mais próximas [...] tem distribuição de sopa, tem distribuição de cesta básica, várias coisas, tem assistente social”

Maria, parda, 30 anos, Igreja Assembleia de Deus, Salvador

Pensar a igreja como tecnologia produtora de legibilidade da política nos coloca diante da necessidade de compreender como algumas dicotomias importantes apareceram no modo como as entrevistadas teceram suas perspectivas sobre o papel da igreja e as funções do Estado. Damos especial

destaque para o binômio pureza/corruptibilidade utilizado para se referirem, respectivamente, ao papel ético da igreja e à corrupção da política. Assim, para que a aproximação entre igreja e estado seja reconhecida como digna e orientada por Deus, é importante confirmar que lideranças não tenham interesses políticos escusos. Foi assim que lideranças como Malafaia e Edir Macedo apareceram como exemplos negativos, pois estariam agindo por interesse próprio e não “pelos interesses do Reino de Deus”.

Não por acaso, o PT e conseqüentemente a figura de Lula foram muito associados à corrupção e à “roubalheira”, e, portanto, à desonestidade e à injustiça. Em contrapartida, justiça e honestidade foram os valores mais elencados como ideais de serem encontrados em um bom político. De todo modo, houve uma percepção muito compartilhada de que o Estado é o responsável por promover e garantir direitos individuais e sociais, além das atividades de assistência social — muitas delas praticadas pelas igrejas — ao mesmo tempo em que esse mesmo Estado e a vida política eram vistos como corrompidos e poluídos. Sobre isso, foi interessante o argumento de condenação da participação de religiosos na política porque esta, por ser esse espaço manchado, também poderia corromper bons cristãos. Houve, ainda, uma percepção muito borrada sobre as funções do Estado, sobre o papel da democracia e sobre as funções concernentes aos três poderes.

Intimamente conectado a este ponto está o fato de que, para as entrevistadas, era visto como dever do Estado a promoção e a garantia de direitos individuais e coletivos e ações de assistência social. Nos diferentes estratos, houve um certo consenso de que o Estado seria o responsável por promover as ações de assistência social desenvolvidas pelas igrejas, sobretudo nos eixos mais explorados por elas — distribuição de alimentos e dependência química. Muitas descreveram experiências positivas com o Estado, seja localmente em seus bairros, seja através de auxílios financeiros. Outro elemento importante está relacionado à forma como justificaram a necessidade de um Estado presente, argumento relacionado ao pagamento de impostos. Nesse sentido, a relação com o Estado tem um fundamento de reciprocidade. Se os impostos são pagos, o Estado tem o dever de corresponder e o regime

de correspondência está atrelado à constituição de determinadas políticas públicas.

Sobre a agência das igrejas na promoção e garantia de direitos individuais e sociais, parte das entrevistadas afirmou que a igreja deveria atuar nesse campo, visto que há uma ausência reconhecida do Estado, enquanto outras defenderam o subsídio estatal às igrejas para que elas pudessem desempenhar atividades de caráter mais humanitário. Esse dado indica o reconhecimento de que há maior efetividade quando as ações humanitárias são realizadas pela igreja, o que se conecta com o que apontamos acima sobre a dificuldade de personificação da origem do problema da relação entre igreja e Estado.

“Então, eu até acho que a igreja, a religião e o governo, eles poderiam andar juntos sabe, mas desde que o governo arcasse com alguma coisa né? Porque o governo não sabe que você tá precisando de um alimento, o governo não sabe que você tá precisando de uma casa, então a religião sim, o pastor sabe, o pastor sabe, você vai lá e fala assim: olha pastor eu estou na rua, né, eu não estou com condição de pagar o aluguel. Então é onde o governo poderia estar dando um apoio para as igrejas, para as necessidades do povo né, mas que nesse governo, assim, a gente não pode ter, acreditar nisso, vamos ver os próximos né. Porque seria muito bom se a igreja e a religião e a política ficassem lado a lado, eu acho que ia ser muito bom para o povo, para os necessitados né, tipo assim um emprego, se a igreja tem umas empresas que abrem vagas e as igrejas vão fazer esse tipo de contratação. Porque a igreja tem suporte sabe, tem as pessoas para fazer isso dentro da igreja, agora fica difícil né, desse jeito que tá, porque a igreja não tem nenhum suporte do governo”.

Silvana, 60 anos, preta, Igreja Deus é Amor, São Paulo,

“Eu acho que a igreja tem que fazer porque a igreja é isso, a igreja é lugar de tratar de pessoas doentes, então qual é o sentido de você ter uma igreja em uma comunidade que só serve aos seus membros? Não tem muita lógica [...] Porém eu acho que é uma obrigação maior ainda do governo. Se tivesse

uma parceria ia ser maravilhoso, porque se a gente parar pra pensar, em cada esquina que a gente for tem uma igrejainha”

Maria, preta, 26 anos, Igreja Batista, Salvador

Algumas interlocutoras demonstraram não ver problema na relação entre igreja e Estado, pois, de acordo com elas, seria papel das igrejas ajudar “pessoas mais pobres”. De acordo com uma das entrevistadas, não faria sentido a existência de uma igreja apenas para atuar em favor de seus próprios membros. Nesse sentido, também foi amplamente defendida uma união maior entre igreja e estado, no sentido de “andarem de mãos dadas, mas não misturar”, até porque elas reconheceram a existência de pessoas de outras religiões que devem ser respeitadas. Além disso, de acordo com a narrativa, “a igreja sabe o que as pessoas precisam, o Estado não. A igreja estaria em todo lugar, o Estado não”. Observa-se, na maior parte das falas, que nem todas as nuances dos limites entre Estado e Igreja estão definidos. Primeiro, porque elas entendem que o Estado não se mostra competente o suficiente para realizar ações que são feitas de forma eficiente por muitas igrejas. Segundo, porque Estado e igrejas aparecem articulados na prática em muitas das narrativas, com exemplos onde prefeitura e igreja oferecem, em conjunto, assistência social aos fiéis. Na verdade, a todo o instante esses traços se atravessam e borram as fronteiras e os princípios legais que determinam as relações entre religião e laicidade, construindo por assim dizer, outras possibilidades e justificações para essa aliança.

Trazer a essa discussão as formas pelas quais o Estado é construído e percebido pelas mulheres evangélicas torna possível apreendê-lo em sua bidimensionalidade, isto é, como ideologia e como prática (Abrams, 2006). Um dado importante a ser considerado é o fato de que, na fala dos fiéis, Estado e governo se confundem. Curiosamente, as denúncias sobre as inúmeras necessidades materiais vividas cotidianamente por muitos fiéis estavam, de fato, atreladas à ausência de atuação do Estado, mas também a

uma valorização das igrejas como mais eficientes na identificação e resolução desses mesmos problemas.

Abrams (2006) e Mitchell (2006) compartilham a ideia de que o Estado existe simultaneamente como uma força material e como um construto ideológico. Para Mitchell, estado-ideia e estado-sistema coexistem como dois aspectos de um mesmo processo e não devem ser analisados separadamente: “para ser mais preciso, o fenômeno que nós chamamos de estado nasce de técnicas que permitem práticas materiais mundanas assumirem a aparência abstrata, uma forma não-material” (2006, p. 170, tradução nossa).

Se o Estado-Nação, a partir do momento que instituído, passa a ser o grande vocalizador do nacionalismo que é o suposto da sua própria existência, fica patente que aqui ele é insuficiente para despertar o senso comunitário. Operando nesse vazio, a igreja permite com que os sujeitos se reconheçam enquanto indivíduos e parte de um todo mais amplo, possibilitando, em razão do pertencimento às igrejas, uma conexão com a imagem do Brasil enquanto nação. A igreja emerge, assim, como uma comunidade de cuidado que os prepara para os desafios que lhes são imputados por um mundo no qual são constantes as atuações do diabo, “o mundo lá fora”.

Mais do que uma discussão sobre identidade nacional ou nacionalismos, levantamos aqui algumas questões pertinentes para pensar os efeitos de Estado (Mitchell, 2006) como situações que contribuem para o estreitamento de uma noção de pertencimento a uma comunidade nacional. Insatisfeita com seu posicionamento às margens – uma situação, vale dizer, produzida pelo próprio Estado –, quem busca reconhecimento via comunidades de fé descobre modos de existência alternativos às tramas do Estado, ainda que articulados a ele. A partir do momento em que passam a agir positivamente na construção de uma família de fé e a aderir aos valores morais a eles apresentados, tornam-se parte de uma comunidade que os reconhece como indivíduos portadores de direitos, insatisfações e anseios, e isso não é trivial.

A VIDA NA (E A PARTIR) DA IGREJA: DO CENTRO À MARGEM

Embora não seja novidade, é importante reforçar que a igreja aparece nas narrativas como um espaço importante de sociabilidade, construção de cidadania e percepção de justiça social. Independente do perfil étnico-racial, de classe, geracional ou regional, as entrevistadas atribuíram importante centralidade à igreja em suas vidas e relações sociais. A centralidade da igreja como espaço de sociabilidade não se estabelece apenas entre quem desenvolve trabalhos de liderança. Na amostra que construímos, grande parte das entrevistadas não se descreveu como liderança, embora algumas delas estivessem à frente de atividades variadas, além de demonstrar intensa participação em cultos, reuniões semanais e outros tipos de engajamento fora dos templos. A frequência é alta: são poucas as que iam à igreja apenas uma vez na semana. A maioria afirmou comparecer entre duas e três vezes semanalmente.

Outro dado importante é que esse mesmo engajamento cotidiano nas igrejas também faz com que elas reconheçam como referências de bons evangélicos os pastores locais. É nos exemplos de pastoreio do dia a dia que essas mulheres forjam seu imaginário do crente ideal: aquele que é justo, que cuida dos irmãos, que sabe falar o que precisa ser ouvido e dá exemplo de como um cristão deve se comportar. Na maioria das vezes, houve referências ao pastor local ou a outra pessoa engajada no cotidiano da igreja e na relação com outros irmãos.

As entrevistas também buscaram identificar as lideranças que mulheres evangélicas consideravam como referência. O objetivo da pergunta era justamente entender se havia diferenças nas percepções entre referências políticas e religiosas, bem como dimensionar a influência de grandes lideranças religiosas midiáticas para essas mulheres. Curiosamente, nomes de lideranças conhecidas não foram muito citados por elas, com exceção de alguns poucos, como o Pr. Claudio Duarte. Curiosamente, Claudio, apoiador de Bolsonaro, não é liderança de uma grande denominação, podendo ser classificado como uma liderança midiática. Algumas fizeram referências a pessoas que

acompanham nas mídias sociais, mas a maioria destacou lideranças das igrejas que frequentam. As mais jovens citaram, também, cantores gospel.

Entre as lideranças femininas, o nome mais citado foi o da Pastora Camila Barros, da Igreja Assembleia de Deus Vitória em Cristo (ADVEC) no Rio de Janeiro. Camila também possui ampla circulação em outras igrejas, um grande número de seguidores em suas redes sociais e foi citada como alguém que fala sobre relacionamentos diretamente para as mulheres.

Os relatos sobre engajamento institucional, por sua vez, vinham acompanhados de declarações de admiração e reconhecimento pelos trabalhos sociais realizados pelas igrejas. A maioria das entrevistadas fez questão de descrever esses projetos de assistência pensando em como eles ajudam outras pessoas. A pesquisa conseguiu mapear mais de 50 tipos de engajamentos diferentes dentro e fora das igrejas. Não raro, essa ajuda foi acompanhada da descrição do contexto atual de miséria, seguido de uma afirmação de que “o governo não faz”. Nessa percepção de governo, quase não houve menção direta a Bolsonaro. Algumas vezes essa afirmação tinha um caráter muito genérico, o que indica dificuldade em personificar o Estado e os responsáveis em geri-lo, mas também foi associada ao contexto de roubalheira e corrupção de governos anteriores — no caso, o PT.

Ao pensarmos os regimes de engajamento que envolvem os modos como as entrevistadas relataram suas relações e trajetórias de vida a partir da igreja, o papel de assistência e a rede de apoio ali construída foram sempre descritos como centrais. As igrejas seriam espaço de acolhimento, paz, união e confiança. Essa percepção foi partilhada fortemente e não guardou relação com o perfil etário. A relação de confiança e a mobilização de afetos ao falar sobre suas comunidades de fé foi comum tanto entre as tríades com mulheres mais velhas, acima dos 50 anos de idade, como entre as tríades com mulheres mais jovens, com menos de 20 anos de idade.

Outro dado importante da amostra diz respeito ao pertencimento geracional das entrevistadas. Das 21 mulheres que tinham pais ou avós evangélicos, as chamadas evangélicas de segunda ou terceira geração, apenas três tinham mais de 35 anos. As mulheres mais velhas eram evangélicas

de primeira geração, isto é, nasceram em outras religiões e optaram por se tornar evangélicas. Das 23 identificadas como sendo de primeira geração, oito eram menores de 35 anos. Não foi possível identificar o pertencimento de uma delas.

O trânsito religioso também foi descrito muitas vezes pela participação em grupos de oração mantidos no whatsapp, algo que cresceu com o advento da pandemia, mas que as participantes descreveram como sendo uma prática anterior. As atividades via whatsapp passaram a permitir que as mulheres circulassem por igrejas e círculos de oração distintos, com mulheres de outras denominações. Ações sociais com amigos, visitas nos lares e orações coletivas no WhatsApp apareceram como atividades religiosas que as participantes realizavam tanto no espaço público como no campo doméstico, engajando-se com membros que poderiam estar ou não na mesma igreja em que congregavam. Estes sentidos de intervenção no mundo trazem diferentes significados para o que as entrevistadas chamam de política. Ao perguntá-las diretamente sobre a possibilidade de mistura entre religião e política, todas concordaram que estes são âmbitos que devem estar separados na vida social, indicando que não reconhecem suas ações de intervenção no mundo como política.

JAIR E MICHELLE BOLSONARO: LEGIBILIDADE DO ESTADO E A EXEMPLARIDADE DO REINO

As participantes da pesquisa foram orientadas a falar sobre suas perspectivas para o futuro a partir de percepções sobre o cenário político atual e anterior. Suas respostas sobre o futuro apontavam para a necessidade de mudanças no país, com ênfase no investimento público para o que qualificaram sem muitos detalhes como saúde, educação e violência. Como exposto anteriormente, se, por um lado, houve uma valorização da aproximação entre as igrejas e o Estado para promoção de ações de assistência, por outro, foi identificada uma percepção negativa da relação entre religião e política. Ao

mesmo tempo, havia uma aposta de que o perfil do líder político deveria ser semelhante ao perfil de um líder cristão, guiados por valores cristãos: “para o país não ficar nessa bagunça” — afirmou uma delas. Foi bastante compartilhada nos diferentes estratos a ideia de que um político que se identifica como cristão tem mais chances de ter valores morais considerados corretos por elas. Evidentemente, parte significativa das entrevistadas relativizaram esse fato e afirmaram votar em qualquer pessoa, independente da religião, bastando apenas que o candidato apresentasse boas propostas. No entanto, essa ética cristã na política baseada na ideia de “representar” os valores cristãos ou apenas “ser cristão” apareceram como elementos de destaque na escolha de candidatas/os. Outros elementos foram citados aliados a esses, tais como honestidade e “ser ficha limpa”. Isso se sustenta porque há uma descrença na conduta das lideranças políticas, motivo pelo qual é importante, por parte dos políticos, assumir um compromisso com a verdade. Políticos cristãos também foram reconhecidos por defender os interesses do povo cristão, argumento que sempre se conectava a uma preocupação com o futuro da família.

Não raramente, as categorias sinceridade e exemplaridade apareceram como definidoras de Bolsonaro e Michelle. Tratam-se categorias cristãs, que devem ser exploradas analiticamente com base no contexto nos quais foram descritas. De antemão, é possível afirmar que, a despeito do governante, como pessoa, Bolsonaro, teve a sinceridade como uma característica valorizada. As mulheres que votaram em Bolsonaro o viam como um homem sincero, que não esconde quem ele é, e, portanto, imperfeito. Também foi considerada uma qualidade o fato dele “botar a cara” e não ter medo de inimigos. Perfeição/Imperfeição também apareceu como um par de oposição que merece destaque na orientação do mundo dessas mulheres. A sinceridade localizada nas ações de Bolsonaro, por sua vez, ajudou a justificar sua atuação na política e o aproximá-lo do reconhecimento de uma ética cristã. Se a política é corruptível, a sinceridade se torna um elemento qualificador.

Já Michelle foi valorizada por seus múltiplos papéis sociais. Além de primeira-dama dedicada, também foram destacados seus papéis como mãe,

esposa, crente, mulher que nasceu em região periférica, de família desajustada, que engravidou e teve que enfrentar sozinha a criação da primeira filha. Esposa dedicada, comprometida não apenas com a família, mas com a missão assumida pelo marido — a de governar a nação. Michelle não apenas representa outras mulheres evangélicas, ela é reconhecida como uma delas, e sua trajetória apresenta elementos que a qualificam como um exemplo de evangélica a ser seguido. Os escândalos de corrupção envolvendo seu nome, como o caso da relação financeira com Queiroz¹⁵, não repercutiram o suficiente entre elas — nem mesmo chegaram a ser citados.

Ainda que não seja uma pretensão aprofundar a discussão teórica sobre testemunhos, é importante destacar que essa prática, como bem apontado por Dullo e Duarte (2017), é tão antiga quanto a própria religião, caracterizando-se, sobretudo, por ser uma “transmissão (informativa/performativa) de uma experiência pessoal densa de sentido, capaz de gerar efeitos sociais tanto na testemunha quanto em sua audiência” (idem, p. 13). De acordo com Bonfim (2016, p. 73), os modelos de evangelização inscritos na memória discursiva bíblica e das religiões cristãs definiram uma tipologia do testemunho dentre as quais estão o *exemplo*, dentro da tradição católica, e os *relatos pessoais* acerca da conversão e da vivência dos milagres, hoje relacionados com as denominações pentecostais. Os testemunhos produzidos por Michelle em suas falas públicas, combinam a construção de uma narrativa biográfica e exemplos, inscrevendo-se naquilo que Dullo (2011; 2013) chama de potencial pedagógico do testemunho.

O testemunho de si certamente é uma tecnologia mais praticada entre as denominações cristãs de tradição protestante. Trata-se de um relato de

¹⁵ Em 2020 surgiu uma denúncia pública de que Michelle Bolsonaro havia recebido em sua conta 27 depósitos de cheques nominais feitos por Queiroz, ex-assessor de Bolsonaro e de pessoas ligadas a ele, como sua secretária e esposa. Apesar da acusação de “rachadinhas”, Bolsonaro justificou os depósitos como a devolução de um empréstimo pessoal. Para mais informações, ver r: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-07/queiroz-fez-27-depositos-para-michelle-bolsonaro-a-esposa-do-presidente-indica-quebra-de-sigilo.html>. Acessado em 23/12/2022.

vida cujo recorte temporal escolhido pelo relator costuma ser sua experiência cristã de conversão. Se relacionarmos a prática do testemunho de si aos comícios públicos de profissão de fé, como relata Agamben (2007), é possível sugerir que a tecnologia do testemunho de si tem sua assinatura histórica nas performances públicas para profissão de fé, quando cristãos precisavam treinar um discurso público de sua crença.

Judith Butler (2015) discorre acerca da produção de sujeitos a partir da construção de narrativas pessoais, articulando a uma produção filosófica sobre o conceito de violência (pensado por filósofos como Adorno, Arendt, Nietzsche e Hegel). O primeiro desafio lançado por Butler consiste em olhar para os relatos pessoais não como a verdade de uma existência, mas a partir da ideia de que as histórias pessoais são efeitos de discursos, algo que se assemelha muito a noção de “efeito de verdade” de Foucault. Disso emerge a ideia de que toda a história de um “eu” é também a história de uma relação (Butler, 2015, p. 18). Tal suposição nos permite pensar o testemunho como uma tecnologia produtora de sujeitos reflexivos, e que os sujeitos se produzem e são produzidos no ato público da narrativa.

Assim, mais do que uma forma de conferir inteligibilidade a uma vida pregressa marcada pelo sofrimento e à qual se sucedeu a redenção mediada por Deus, os testemunhos têm a capacidade pedagógica de produzir o sujeito que testemunha. No caso da narrativa pública de líderes religiosos, ela permite uma identificação ao mostrar que até mesmo a vida daqueles que hoje servem de exemplo são passíveis de afetação pela ação demoníaca. Em outras palavras, os testemunhos não apenas mostram a vida dos líderes como um exemplo, mas, sobretudo, dão pistas sobre como enfrentar uma batalha espiritual cuja continuidade é um elemento teológico importante. É nesse sentido que o testemunho tem uma função pedagógica, pois produz efeitos no mundo ao produzir o corpo capacitado a falar sobre si. No caso de Michelle Bolsonaro, ao longo da campanha, foram cada vez mais recorrentes as vezes em que ela apareceu ajoelhada em eventos públicos, mimetizando um outro elemento importante, o da mulher virtuosa que coloca o joelho no chão. A imagem do corpo generificado de uma mulher prostrada, seja

em altares em templos, seja na arquitetura do poder nacional em Brasília, coloca no enquadramento a materialidade do sacrifício garantindo a legibilidade política de elementos como a família e a nação.

Além disso, é possível afirmar que a valorização da imperfeição constrói um outro ponto importante de identificação e reconhecimento, pois está relacionada à experiência dessas mulheres. Os relatos de preconceito que relataram ter sofrido se conectam a uma quebra de expectativas da sociedade em geral em relação a elas. Espera-se que crentes não errem, sejam polidos, honestos e corretos, atributos éticos que, segundo elas, não são cobrados a pessoas de outras religiões. É nesse sentido que os erros e os defeitos de Bolsonaro são valorizados e eticizados. Como Bolsonaro, elas também erram e reconhecem nele essa característica tão atrelada aos evangélicos. Muitas delas, inclusive, reconheceram Bolsonaro como evangélico.

Já as críticas a Bolsonaro precisam ser situadas à luz de outras variáveis, como, por exemplo, a segmentação por região/cidade. Em nossa amostra, foi possível notar um apoio menor ao Bolsonaro por parte das mulheres nordestinas e manauaras. Apesar de haver apoiadoras nesse grupo, o número de mulheres nordestinas que apresentaram uma percepção negativa de Bolsonaro, como pessoa ou como liderança política, foi predominante. É importante lembrar que todas as participantes nordestinas da pesquisa residiam na cidade de Salvador, colégio eleitoral em que Bolsonaro perdeu tanto em 2018 quanto em 2022. Já com relação às participantes de Manaus, ressaltamos que a cidade foi uma das mais afetadas pela pandemia da Covid-19 no país, de modo que uma delas chegou a dizer que “Manaus nunca esqueceria o que Bolsonaro fez com eles”, atribuindo uma avaliação negativa à gestão bolsonarista da pandemia. Outra variável que nos pareceu importante para pensar a visão das entrevistadas acerca da atuação do Bolsonaro como presidente, e mesmo, sua reeleição, foi o marcador social geracional. Foi mais comum encontrar uma afinidade ou justificativa de voto em Bolsonaro nas tríades que reuniram mulheres acima dos trinta anos de idade. Entre as mulheres abaixo dessa faixa etária, foi mais comum narrativas de decepção e mesmo, afirmação de que não confiaram no seu governo.

A legibilidade na ação política de Bolsonaro e a função de mediação e identificação exercida por Michelle passam pelos grupos de família no Whatsapp. A maioria das entrevistadas disse se informar sobre política em grupos de família, o que nos dá margem para explorar, a partir dos dados, a noção de confiança. Os dados qualitativos não permitem entender de onde o conteúdo se originava, mas a circulação nos grupos de família era regular e importante. A maioria informou não compartilhar o conteúdo recebido, apenas usá-los a título de informação. A propaganda eleitoral não foi citada como meio de informação e mulheres mais velhas declararam assistir debates eleitorais — com ressalvas ao conteúdo. Essa narrativa que centraliza os conteúdos políticos aos grupos de família, reservando aos grupos religiosos a circulação de mensagens não reconhecidas como políticas, sofreu uma alteração significativa no segundo turno do pleito presidencial de 2022, quando foi possível ver, a partir de um monitoramento qualitativo de alguns grupos de oração de whatsapp majoritariamente de mulheres, a movimentação de mensagens e *fake news* que comparavam Lula a ação demoníaca e Bolsonaro como redentor da nação. Esse foi um período importante de mobilização de mulheres evangélicas via grupos de oração e grupos de igrejas, estabelecendo um senso de responsabilização ética sobre o voto delas. Cabe ressaltar, no entanto, que esse monitoramento não corresponde a uma amostra nacional, por conter apenas alguns grupos whatsapp de mulheres da região sudeste do país, reunindo principalmente frequentadoras da Igreja Universal do Reino de Deus.

O DIREITO COMO LIVRE-ARBÍTRIO E O CUIDADO DA FAMÍLIA COMO CUIDADO DA NAÇÃO

Durante a análise das entrevistas, as noções de livre-arbítrio e família se mostraram centrais para pensar os processos de produção de legibilidade da política. Enquanto família foi uma categoria enunciada como unidade de reconhecimento, a noção de livre-arbítrio ajudou a modular os regimes

de ação na medida em que foi mobilizada como guarda-chuva ético para negociação de alguns marcadores de pluralismo, tais como a questão racial, o pertencimento a religiões de matriz africana e questões de gênero, encaixado sob um olhar específico dos direitos LGBTQIAP+.

A noção de família apareceu articulada a três categorias básicas: união, cuidado e companheirismo. Foram essas categorias que permitiram às mulheres ampliar o modelo de família para além da noção de família nuclear, inclusive estendendo-a para uma rede maior do que aquela mediada pela igreja, isto é, para parentes, crentes ou não, e amigos. Em geral, foram citados casos de pessoas muito presentes na vida cotidiana dessas mulheres e, por isso, percebidas como parte da família. É possível dizer, portanto, que é compartilhada entre elas uma noção estendida de família para além dos laços consanguíneos. Ao mesmo tempo, muitas dessas mulheres se converteram ou passaram a frequentar a igreja devido à influência de tias e tios, avós e avós, sobrinhos e até mesmo dos filhos. A família espiritual construída na e a partir da igreja também era muito valorizada.

A pesquisa revelou, ainda, que essa noção de família acionava um conjunto de medos e anseios, em especial aqueles relacionados à saúde física, isto é, o medo de adquirir doenças que impedissem a realização da responsabilidade de cuidado que recai sobre essas mulheres. É neste aspecto que as igrejas aparecem como suporte e rede de apoio que oferecem garantias para o presente e para o futuro de famílias. E foi atrelada ao senso de responsabilidade e cuidado que a temática da pandemia de Covid-19 foi repetidas vezes visitada, e é esse o ponto que apresentou importantes fragilidades e desaprovação ao governo de Bolsonaro.

Foi unânime a percepção de que a pandemia foi ruim e desencadeou uma sequência de eventos ruins na vida das pessoas, seja por causa de crises financeiras, provocadas pela perda repentina da renda, seja pelo modo como afetou as famílias com o adoecimento e a morte de vários de seus membros:

“No meu caso, financeiramente eu acabei ficando desempregada. O que salvou na época foi o auxílio emergencial liberado pelo nosso presidente. É o que me

salvou na época porque só ficou meu esposo trabalhando e a gente que tem criança pequena, quem tem bebê, fralda é um gasto imenso, roupa é tudo mais caro. É um gasto, né? E eu moro de aluguel também. E na época que eu fiquei desempregada, eu perdi a primeira onde eu morava. E eu consegui alugar uma outra casa, graças a Deus. [...] Eu não tenho do que reclamar, é como diz a própria palavra, o justo não mendiga o pão e não é desamparado. De um jeito ou de outro, Deus sempre entra com a provisão, ou usando os nossos líderes, os políticos, que no caso o Jair Bolsonaro, nosso presidente liberando esse auxílio emergencial ajudou muita gente. Eu inclusive fui assistida, né? Me ajudou muito, me tirou de uma situação muito difícil.”

Andrea, 47 anos, parda, Igreja Assembleia de Deus, São Paulo

“A minha vida deu uma mudada bem grande. Primeiro porque eu tinha uma vida corrida e tinha minha mãe, que me ajudava, era meu braço direito, esquerdo, a perna, era tudo pra mim. E quando chegou a pandemia, eu moro num bairro distante dela, a gente teve que se afastar, e foi muito difícil, tanto pra mim quanto para minha filha. Hoje minha filha tem 7 anos e ficava com ela. [...] Ano passado, a minha mãe pegou o vírus e morreu. Então foi muito, muito difícil pra mim [...] O enterro dela eu fui, mas não vi, porque é caixão lacrado, é uma dor terrível. Então, assim, foi muito cruel. Também era dividido eu e meu marido, meu marido perdeu o emprego logo no início da pandemia, aí eu fiquei provedora de toda a situação. Foram os dois piores anos da minha vida, se eu não tivesse fé, com certeza eu iria desmontar.”

Adriana, 44 anos, preta, Igreja Internacional da Graça de Deus, Salvador

Para a maioria das participantes, a má gestão da pandemia influenciou o grande número de mortes e a escassez dos recursos de saúde. Porém, apesar dessa percepção, a responsabilidade não foi direcionada a Bolsonaro diretamente, mas também atribuída aos governadores e prefeitos, o que reforça o argumento já construído acima de que certa dificuldade de compreensão do papel do governo federal.

Em relação às leis para o distanciamento social e as medidas sanitárias para o fechamento das igrejas, não houve, por parte das entrevistadas, qualquer conexão com o cerceamento da liberdade religiosa ou de culto. As participantes demonstraram adesão e compreensão da necessidade dessas medidas e avaliaram positivamente a eficácia e a importância da vacinação para Covid-19. Poucas declararam restrições ou desconfiança em relação às vacinas e a maioria delas tinha cumprido o ciclo vacinal disponível até o momento, além de considerarem a vacinação importante para a diminuição dos índices de mortalidade.

De modo geral, para parte das entrevistadas, o governo federal geriu mal a pandemia, deixou pessoas morrerem e demonstrou não se importar com a vida delas. Com relação a Bolsonaro, houve referências negativas às declarações públicas sobre pessoas doentes e pessoas mortas, como se essa postura colocasse em risco sua ética cristã. Nem todas as entrevistadas que atribuíram a má gestão da pandemia ao governo federal entenderam a figura de Bolsonaro como principal responsável e sua responsabilização foi diluída entre ministros e secretários. Uma parte significativa das entrevistadas atribuiu a má gestão à potencialidade do vírus e a outros acontecimentos internacionais, entendendo que as mortes eram inevitáveis.

Outro tema que protagonizou a narrativa das entrevistadas e que foi apontado como um tema crucial de engajamento político foi educação, sobretudo de mães em relação aos seus filhos e filhas. Em muitas falas, foi comum emergirem elucubrações sobre o futuro, e, com elas, mais um conjunto de medos e anseios. Entre eles, o medo de não cumprir com suas atribuições de cuidado ou não promover para os filhos o acesso a equipamentos educacionais melhores do que o que elas tiveram acesso. Nesse caso a igreja não raro aparece como uma rede de apoio e de garantias para o presente e para o futuro incerto.

A categoria família apareceu de forma quase unânime nas discussões sobre sexualidade e identidade de gênero, sendo a ela atribuída a responsabilidade pela educação dos filhos. No entanto, a mudança de pauta em direção discussões sobre violência sexual sofrida por crianças fez com que

elas reconhecessem a necessidade de uma dupla intervenção estatal, seja na educação escolar, seja via acompanhamento por conselhos tutelares. Em mais de uma tríade, esse tema foi acompanhado de relatos de violência sofridos na infância pelas próprias entrevistadas ou por pessoas muito próximas da família. Trata-se, portanto, de um tema que não apenas é sensível, mas capaz de diluir as polarizações políticas, desconectar o debate sobre educação sexual da noção de ideologia de gênero e até mesmo da agenda feminista. À título de exemplo, uma mulher totalmente alinhada ao discurso bolsonarista relacionado à pauta moral se mostrou à favor da educação sexual nas escolas. Ela foi abusada na infância, afirmou não confiar em nenhum homem e saber que a casa pode não ser um lugar seguro para crianças.

Os relatos sobre seu compromisso direto com as atividades de cuidado, a sobrecarga de trabalho e as angústias relacionadas à sensação de uma gestão solitária dessa família estendida vieram acompanhadas do reconhecimento de que as mulheres estavam sobrecarregadas e da importância de uma divisão mais igualitárias das funções domésticas entre homens e mulheres. Havia um entendimento compartilhado de que as mulheres são mais cobradas e assumem mais responsabilidades.

Nesse sentido, existe uma compreensão e mesmo uma defesa da necessidade de haver paridade de direitos entre homens e mulheres. Porém, essa paridade precisa ser considerada em relação a um outro princípio essencial, que é a defesa da diferença dos papéis sociais entre homens e mulheres, o que consequentemente reserva espaços de atuação distintos em determinadas situações. Com relação a esse aspecto, o feminismo foi citado de forma bastante negativa. Com exceções, havia uma percepção compartilhada de que a igualdade defendida pelo “feminismo” colocaria em risco esse princípio da diferença de papéis sociais. Do mesmo modo, foi identificada uma diferença entre a defesa da paridade de direitos entre homens e mulheres — que aparece sobretudo no campo do trabalho, fora ou dentro de casa —, da agenda feminista de maneira geral. Vale destacar, no entanto, que algumas participantes se declararam evangélicas e feministas,

um dado fortemente marcado pela variável geracional e mais identificado entre mulheres mais jovens.

Outro ponto de demonização do “feminismo” e das “feministas” diz respeito ao aborto. Havia uma compreensão generalizada de que o feminismo defende o aborto, uma pauta tabu que demarca os limites da ética cristã por elas compartilhada. Apesar da resistência em falar sobre interrupção voluntária da gravidez, em várias tríades foi defendido que mulheres que recorrem ao aborto não deveriam ser incriminadas e que também seria função das igrejas e do Estado dar suporte as mulheres grávidas para que não fosse necessário recorrer a uma medida tão séria, relacionando a decisão de abortar a vulnerabilidade econômica e social.

O tópico sobre “ideologia de gênero” também gerou manifestações contrárias ao feminismo e à sua busca por diluir a diferença entre homens e mulheres não apenas em seu estatuto social, mas também como princípio biológico. A conversa revelou que as entrevistadas tinham medos relacionados ao risco da sexualização precoce das crianças e da diluição da identidade de gênero de nascimento. Curiosamente, nem sempre a “ideologia de gênero” foi associada a uma ameaça às crianças, mas como um tema relacionado à população LGBTQIAP+, aproximando-se mais de uma noção de identidade de gênero. A chamada “ideologia de gênero” apareceu associada a um suposto incentivo por parte das escolas, como se estas estimulassem crianças a mudar sua identidade de gênero (que aparece nas falas como mudança de sexo). As escolas, portanto, são ao mesmo tempo um espaço importante de sociabilidade, mas também como um espaço de perigo no qual não se pode evitar influências de pessoas com valores e moralidades distintas e distantes das moralidades cristãs. A “ideologia de gênero” assusta porque, segundo esse imaginário, coloca em risco a identidade biológica das crianças, o que faz com que pessoas trans e travestis sejam entendidas dentro de um limite ético por corporificarem esse risco.

“Assim, ideologia de gênero, alguns aspectos eu tô achando assim meio exagerado, porque você pegar uma criança de 5, 6 anos, ela é um menino, ela vai

dizer assim ‘não, eu sou uma menina’. Meu filho tem 4 anos, tem dia que meu filho acorda olha pra minha cara e diz /‘mamãe eu sou menina, mamãe você é menino’, aí eu vou olhar pra cara dele e dizer: ‘é meu filho, realmente, você é uma menina’? como assim? Aí começa a dar remédio, a dar hormônio e sei lá o quê, então acho que tem coisas, entende?” tem gente que você vê na adolescência que tem voz de menina, corpo de menina, aí é diferente. Mas criança?”

Claudia, preta, 26 anos, Igreja Batista, Salvador

Se família se apresentou como uma categoria que operava a partir de noções específicas de cuidado e de responsabilidade civil, a categoria livre-arbítrio foi essencial para a construção de um regime ético de atuação. Por meio da noção de livre arbítrio, foi possível às entrevistadas negociarem ações e identidades que, de um ponto de vista teológico, apenas poderiam ser apreendidas como pecado, construindo, assim, a possibilidade para o exercício do respeito.

Dentro do regime ético mediado pelo livre-arbítrio, a sexualidade, por exemplo, pode ser avaliada de múltiplas formas. Nas avaliações sobre populações LGBTQIAP+ a noção de livre-arbítrio foi acionada constantemente para reconhecimento da garantia de direitos a essa população, e, nesses casos, a noção de respeito se mostrou fundamental. Vale dizer, entretanto, que não significa um reconhecimento equânime dos direitos da população LGBTQIAP+, mas indica um limite importante: todas as pessoas podem exercer seu livre-arbítrio e ninguém estaria habilitado por Deus para julgá-las. O debate sobre sexualidade, portanto, parece ser mais palatável e passível de ser aceita por conta do livre-arbítrio (quem sou eu pra julgar?) e devido ao mandamento cristão do amor ao próximo.

Essa mesma concessão não foi aplicada nas discussões sobre o direito ao aborto. Pelo contrário, está aí um de seus limites éticos. Nesse regime ético operado pelo livre-arbítrio, há a defesa de que todas as pessoas teriam direito ao livre-arbítrio, como uma espécie de primeiro direito, de uma herança divina. O princípio que rege o livre-arbítrio seria comum a noção normativa

de direito civil. Nesse caso, o livre-arbítrio de uma pessoa termina quando o livre-arbítrio de outra começa, sugerindo uma inegociabilidade desse limite. Por isso mesmo, muitas das situações discutidas durante as entrevistas foram avaliadas à luz do direito ao livre-arbítrio — o seu e o de alguém. Sob esta ótica, o aborto novamente é negativamente avaliado na medida em que negaria o direito do feto ao livre arbítrio, o que seria inaceitável.

Outro tema que aparece atrelado à categoria livre-arbítrio está relacionado com a noção de pluralidade religiosa. Nesse sentido, houve certa resistência em assumir, pelo menos durante as entrevistas, que pessoas de outras religiões não deveriam ser respeitadas e ter seu direito de crença protegido. Nenhuma das entrevistadas afirmou ser a favor de ataques a pessoas ou a símbolos de outras religiosidades, e, na mediação dessa postura, a categoria livre-arbítrio foi novamente acionada.

A maior parte das entrevistadas reconheceu que os casos de intolerância religiosa no Brasil são praticados, quase que exclusivamente, contra adeptos de religiões de matriz africana e chegam a abominar tais ações, considerando-as como atos de violência. Não se pode negar, evidentemente, que o crescimento pentecostal está diretamente ligado ao acirramento das tensões e aumento dos ataques sofridos pelas religiões afro-brasileiras, com episódios de violência física e simbólica (Gonçalves, 2004). Os limites dessa pesquisa, entretanto, não permitiram que explorássemos possíveis nuances ou inconsistências nas falas das entrevistadas, mas os dados indicam que, apesar de todo investimento, por parte das lideranças, na construção de discursos e narrativas que demonizam as religiosidades de matriz africana, há, por parte das fiéis, mecanismos de negociação para reconhecimento e valorização da pluralidade religiosa. Mesmo que com exceções. Quando perguntadas sobre iniciação de crianças no candomblé ou na umbanda, algumas mostraram contrariedade justamente pelo entendimento de que à criança iniciada seria vedado o direito ao livre-arbítrio, diferentemente do que aconteceria em igrejas evangélicas, nas quais uma pessoa só pode ser batizada nas águas mediante escolha própria e após de uma determinada idade.

Mais uma vez, suas experiências individuais enquanto mulheres evangélicas estiveram na base de suas formulações sobre respeito ao próximo e combate à intolerância religiosa e ao racismo religioso. Grosso modo, as entrevistadas defenderam unanimemente a existência de outras religiões, seja porque as pessoas devem ser livres para escolher sua religião, seja porque é uma forma de mostrar a conduta de amor da religião evangélica. Apesar de algumas terem afirmado ser contra a iniciação de crianças no candomblé, outras entenderam como direito da pessoa escolher e disseram apoiar.

“Penso que eu não preciso aceitar, eu preciso respeitar; da mesma forma que eu quero respeito, eu preciso respeitar as pessoas. Cada um acredita naquilo que se sente bem, se a pessoa tá ali é porque ela se sente bem. Eu não posso impor às pessoas o que eu penso”.

Blenda, 40 anos, parda, Assembleia de Deus Madureira, Manaus

Se a noção de respeito torna a dinâmica do livre-arbítrio possível, a aceitação é colocada quase como uma função ética complementar. Nesse regime ético, é possível respeitar, por se tratar de um livre-arbítrio, mas não aceitar, para garantir a evidência de um outro livre-arbítrio. Existe assim um relativismo estratégico. Podemos dizer que a noção de relativismo estratégico que estamos formulando tem inspiração na noção de “secularismo estratégico” de Vaggione (2017). No texto, o autor discorre sobre as estratégias de ocupação do Estado operada por sujeitos católicos na definição de pautas relacionadas a legalização do aborto e aos direitos da população LGBTQIA+ na Argentina. O autor chama de “cidadania religiosa” esse modelo de ativismo, cuja forma seria fruto de um processo que permite que a religião se faça presente no Estado. Quando pensamos que a categoria livre-arbítrio permite um relativismo estratégico estamos considerando que esse relativismo compõe as formas de secularismo e que tais estratégias não são costuradas apenas a partir da atuação de sujeitos religiosos junto aos dispositivos de poder, mas também costuram as alianças nas margens.

Outro tema que a ideia de livre-arbítrio esteve presente foi na percepção das entrevistadas sobre a cristofobia. Na maioria das tríades, as entrevistadas relataram que essa não era uma categoria familiar em seu meio religioso, o que indica que ainda há limitações em sua circulação. Apesar disso, várias entenderam seu significado ao estabelecer uma associação com o crime de homofobia. A primeira noção de preconceito mobilizada na construção da compreensão de cristofobia, portanto, foi o preconceito às populações LGBTQIAP+. Talvez por isso, nenhuma delas chegou a reconhecer ações preconceituosas dirigidas a elas pelo fato de serem evangélicas. Algumas relataram algo que não definiram ou mesmo assemelharam a preconceito ou intolerância, mas nomearam como “um incômodo”. Falar da sensação de incômodo relacionado a publicização da identidade religiosa delas foi uma experiência compartilhada em todas as tríades. Esse ponto tem relação com a ideia de sinceridade e exemplaridade que trabalhamos na relação que as entrevistadas estabeleceram com Michelle e Jair Bolsonaro, no qual manifestaram a percepção de que se sentem mais socialmente cobradas por serem evangélicas, como se esse fato retirasse delas o direito humano de errar e, no limite, sua própria humanidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar do imbricamento entre gênero, religião e política no Brasil hoje nos transporta quase que automaticamente para o debate sobre a crescente participação dos evangélicos na cena pública. Como pano de fundo, tem-se um campo de tensões que abrange a perda da hegemonia católica como referência central para a relação entre religião, cultura e política. Como consequência, multiplicam-se as questões para se pensar a vida cívica, nação, sociedade civil e esfera pública. Esse contexto se complexifica ainda mais se pensarmos que, ao contrário da Igreja Católica, as igrejas classificadas como evangélicas não constituem um grupo coeso (Mafera, 2001), embora, conforme indicou a autora, tenham em comum um perfil missionário e

proselitista. Como bem colocado por Machado (2018), etnografias mais recentes têm apontado para uma reorganização, sempre em disputa, da vida cívica no Brasil a partir das práticas de governança evangélicas e um crescente descentramento da igreja católica na gestão das populações urbanas. Nesse sentido, um aspecto importante a se destacar é a presença pública de atores políticos e religiosos que invocam uma “nação evangélica” ou um “povo evangélico”, e que, ao fazer isso, produzem os elementos de sua unidade, com todas as suas complexidades e ambivalências.

A pesquisa “Mulheres evangélicas, política e cotidiano”, aqui apresentada, procurou construir um espaço de interlocução entre mulheres evangélicas, em sua maioria pertencentes a denominações pentecostais, residentes nos principais colégios eleitorais do país, e assim desvelar algumas das teias que as conectam ou diferenciam. É importante destacar que reconhecemos as limitações de uma pesquisa feita no regime de tríades e que este não é um modelo ideal de pesquisas antropológicas qualitativas. O espaço da casa onde a maior parte das participantes foram entrevistadas, por exemplo, também é um espaço onde operam relações de poder atravessadas pela variável de gênero. A presença de pais e maridos, portanto, pode ter tido uma influência nas respostas que não nos foi possível dimensionar. Ao longo das dinâmicas, também identificamos, na maioria dos grupos, uma desproporcionalidade na participação — houve mulheres que se demonstraram desconfortáveis em emitir opiniões diante das outras participantes. No entanto, a maioria delas se mostrou aberta ao debate e disposta a responder as perguntas, e não foram raras as vezes que posicionamentos distintos geraram discussões que possibilitaram a identificação de categorias importantes de disputa como também sistemas de oposição. Mais do que conclusões, os dados aqui analisados permitem apontar caminhos e questões que podem ser aprofundadas futuramente.

Para construir a análise, foi necessário compreender o conceito de política que utilizamos, mais direcionado para a microfísica dos saberes sobre a política que nos exigiu um distanciamento da política institucional e um deslocamento para as experiências. Por isso, a noção de “margens do Estado”

(Das, 2004; Das e Poole, 2004) nos pareceu essencial. Olhar para a margem nos permitiu deslocar nosso entendimento para os processos de legibilidade da política, ou seja, para as tramas cotidianas que permitem identificação com agendas da política institucional. Permitiu, ainda, identificar quais categorias aproximam as pessoas que habitam as margens das disputas pela elaboração do Estado. Foi assim que, além da categoria mulher, família e livre-arbítrio se apresentaram como categorias intrinsecamente articuladas e fundamentais.

A pesquisa também apontou que, mais do que nunca, convém enxergar a família como categoria geradora de política pública, um elemento organizador simbólico que extrapola o universo evangélico e alcança a população brasileira de forma geral. Não se trata, portanto, de um recurso retórico ou descolado da realidade, mas algo que faz sentido no cotidiano das pessoas, sobretudo das mulheres que assumem ou precisam assumir as responsabilidades de vínculos e, portanto, preocupam-se consigo e com os seus.

Por fim, cabe destacar três elementos que nos chamaram atenção. Primeiro, a centralidade da experiência dessas mulheres em espaços para além das igrejas no embasamento de suas opiniões e visões de mundo. O fundamento na experiência e na vida cotidiana é um referencial importante que fez as mulheres evangélicas entrevistadas relativizarem ou questionarem determinadas prescrições de suas igrejas, incluindo questões sobre gênero, sexualidade e intolerância religiosa, como nos casos de mães que defenderam seus filhos e amigos homossexuais ou com relação à aceitação de educação sexual nas escolas em virtude de abuso sexual na infância. O recurso à experiência demonstra, por um lado, que pode haver um relativismo estratégico em relação às prescrições das lideranças, mesmo entre as que declararam voto em Bolsonaro.

Como demonstrado, posicionamentos mais liberais em relação a essas pautas foram atravessados pela noção de livre-arbítrio. O uso dessa categoria guarda ambivalências importantes que precisam ser melhor aprofundadas, já que, na maior parte das vezes, a noção de respeito não aparecia acompanhada da noção de aceitação. Aceitar não significa respeitar, o que abre

espaço para um tipo específico de tolerância que admite críticas, mas não julgamentos, que aceita o diferente mas não valoriza a diversidade. A noção de livre arbítrio também está assentada em uma noção de certo e errado que, em suas peculiaridades, pode nos ajudar a complexificar a visão dicotômica de mundo compartilhada em igrejas que seguem teologias como a do domínio, da prosperidade, da batalha espiritual, reconstrucionismo, dominionismo, Sete Montanhas, entre outras, dependendo do segmento. Trata-se, portanto, de uma categoria que possibilita negociações de crentes com outros crentes, com não crentes e com o mundo. Já o binômio respeito/aceitação aparece para ajudar a demarcar o posicionamento delas enquanto mulheres evangélicas ao mesmo tempo em que não querem se apresentar como intolerantes. Também é um dado que não pode ser desconsiderado.

Um segundo elemento diz respeito às relações de pertencimento estabelecidas com lideranças religiosas midiáticas e com as lideranças locais, permeada pelas noções de confiança e pertencimento. Essas relações são importantes para construir a própria relação do sujeito com a igreja de origem, com os grandes ministérios e com a concepção de autoridade política, dimensões que emergem atreladas à teia de significados elaborados a partir desses níveis de interação.

O terceiro elemento diz respeito à reprovação quase unânime sobre a condução da pandemia pelo governo federal entre 2020 e 2022. A crítica à postura de Bolsonaro foi justamente o que fez com que muitas das entrevistadas tivessem se arrependido do voto dado em 2018, não raramente referindo-se a ele com aversão. Algumas mulheres, evidentemente, reproduziram o argumento de que a pandemia era um evento novo para, assim, relativizar sua postura de Bolsonaro diante do problema, mas mesmo essas reconheceram as más condutas por parte do então presidente. Também houve uma percepção generalizada sobre a piora de vida nos últimos anos, mas nem sempre essa piora foi associada ao governo federal. Muitas delas, inclusive, culpavam os governos anteriores, que teriam entregado um país destruído a Bolsonaro. Se considerarmos a intensa campanha de pânico morais

promovida nas eleições de 2022, nenhum desses elementos pode garantir que essas mesmas mulheres tenham, ainda assim, votado em Bolsonaro.

Destacamos, por fim, a importância de incorporar aos processos de leitura e escrita do Estado, interlocutores que em geral não são vistos como parte do dele (Mitchell, 2006). Se o Estado pode assumir formas variadas, muitas igrejas vêm assumindo e atuando publicamente como e com o Estado. Essa aparência desarticulada das esferas de poder é fundamental para que elas se façam, refaçam e perpetuem. Deste modo, igreja e Estado enunciam um mesmo discurso, têm interesses aliados e são dispositivos potentes de poder. Compõem, portanto, aspectos distintos de um mesmo processo. As experiências vividas por essas mulheres e tantas outras brasileiras crentes são reveladoras da forma como os “efeitos de estado” posicionam esses corpos nas margens e os impele a buscar alternativas de existência que acabam por reestruturar os modos como o próprio Estado é percebido.

Voltemos, agora, à cena que abre este texto. Nela, Michelle Bolsonaro lê sua própria agência política e tenta mostrar às mulheres presentes no culto que votar em Bolsonaro significa, também, assumir um compromisso político religioso. Não só com ele, mas sobretudo com ela e tudo o que ela mimetiza. O modo como Michelle performou moralidades e práticas religiosas e, e antes de tudo, uma identidade de gênero politicamente situada, nos permitiu pensar gênero e religião como um marcadores sociais constitutivos da materialidade da política. Em contrapartida, as análises aqui apresentadas nos mostram, também, como o cotidiano dessas mulheres e a leitura que elas mesmas fazem de suas experiências, à luz das prescrições religiosas, ajudam a compreender as dobras que permitem a elas se deslocar por entre, a partir e apesar das engrenagens de poder.

REFERÊNCIAS

- ABRAMS, Philip. Notes on the Difficulty of Studying the State. *Journal of Historical Sociology*, vol. 1. n. 1 p: 58-89, 1988.
- AGAMBEN, Giorgio, *O uso dos Corpos*. São Paulo: Boitempo: 2017
- BIRMAN, Patricia. Cultos de Possessão e pentecostalismo no Brasil: passagens. *Religião e Sociedade*, v. 17, n. 1-2, p.90-109, 1996a.
- BIRMAN, Patricia. Mediação feminina e identidades pentecostais. *Cadernos Pagu*, n. 6-7, p.201-226, 1996b.
- BIRMAN, Patrícia. *Fazer estilo, criando gêneros. Possessão e diferenças de gênero em terreiros de Umbanda e Candomblé no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas simbólicas*. 5. ed., São Paulo: Perspectiva, 2011.
- BONFIM, Evandro de Souza. Das relações entre Exemplo e Parresia: formas de evangelização católica. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, p. 71-84, 2016.
- BUTLER, Judith. *Relatar a si mesmo: Crítica da violência ética*. Belo Hori-zonte. Audiência Editora, 2015.
- BURITY, Joanildo. Authority and the In-common in Processes of Minoriti-sation: Brazilian Pentecostalism. *International Journal of Latin American Religions*, v. 1, p. 200-221, 2017.
- COLLINS, Patrícia Hiil. & BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2001.

DAS, Veena. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. *Cadernos Pagu*, n. 37, p. 9-41, 2011.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. *Anthropology in the Margins of the State*. Introduction. Santa Fé: School of American Research Press, 2004.

DULLO, Eduardo. Uma pedagogia da exemplaridade: a dádiva cristã como gratuidade. *Religião & Sociedade*, vol. 31, n° 2: 105-129, 2011.

DULLO, Eduardo. *A produção de subjetividades democráticas e a formação do secular no Brasil a partir da pedagogia de Paulo Freire*. Rio de Janeiro: Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Museu Nacional/UFRJ, 2013.

DULLO, Eduardo; DUARTE, Luiz Fernando Dias. Introdução ao Dossiê 'Testemunhos'. *Religião e Sociedade*, v. 36, p. 11-18, 2016.

EMERSON, Michael O.; KORVER-GLENN, Elizabeth; DOUDS, Kiara W. Studying Race and Religion: A Critical Assessment. *Sociology of Race and Ethnicity*, v. 1, n. 3 349–359, 2015.

FRESTON, Paul. Breve história do pentecostalismo brasileiro. In: ANTONIAZZI, Alberto et al. *Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo*. Petrópolis: Vozes, p. 67-162, 1994.

LINDKVIST, Linda. *The Politics of Article 18: Religious Liberty in the Universal Declaration of Human Rights*. EUA: University of Pennsylvania Press, 2020.

MACHADO, Carly. Evangélicos, mídias e periferias urbanas: questões para um diálogo sobre religião, cidade, nação e sociedade civil no Brasil contemporâneo. *Debates do NER*, Porto Alegre, v. 19, n. 33, p. 58-80, jan./jul, 2018.

MACHADO, Maria da Dores; MARIZ, Cecília, CARRANZA, Brenda. Genealogia do sionismo evangélico no Brasil, *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 2, p. 225-248, 2022.

MAFRA, Clara. O percurso de vida que faz o gênero: reflexões antropológicas a partir de etnografias desenvolvidas com pentecostais no Brasil e em Moçambique. *Religião & Sociedade*, v. 32, p. 124-148, 2012.

MAFRA, Clara. Construção de Gênero e Estilo Eclesial entre os Evangélicos. *Revista da UFRRJ*, ISER, v. 2, n.3, p. 91-108, 1996.

MAFRA, Clara; MARIZ, Cecília ; MACHADO, M. D. Família e Repro-dução entre evangélicos. In: Oliveira, R. S.; Carneiro, F. (Org.). *Corpo: meu bem, meu mal*. Rio de Janeiro: ISER, p. 126-135, 1995.

MARIZ, Cecília. *A teologia da batalha espiritual*: uma revisão de bibliografia. *BIB*, Rio de Janeiro, n. 47, p. 33-48, 1999.

MARIZ, Cecília. Alcoolismo, Gênero e Pentecostalismo. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 80-93, 1994.

MBEMBE, Achille. *Políticas da Inimizade*. Trad. Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2017.

MCCLINTOCK, Anne. *Couro Imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*, Campinas: Editora da UNICAMP, 2010

MITCHELL, Timothy. Society, Economy and the State Effect. In: SHARMA, Aradhana & GUPTA, Akhil. *The Anthropology of the State. A Reader*. EUA: Blackwell Publishing, p. 169-186, 2006.

MORAIS, Mariana Ramos de. “Povos e comunidades tradicionais de matriz africana” no combate ao “racismo religioso”: a presença afro-religiosa na Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial. *Religião & Sociedade*, v. 41, n. 3, p. 51-74, 2022.

NOVAES, Regina. Os escolhidos de Deus: pentecostais, trabalhadores & cida-dania. *Cadernos do ISER*, n. 19, p. 6-10; 15-24, 47-68; 126-138 1985.

PIERUCCI, Antonio Flavio. As bases da nova direita. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 19, p. 26-45, 1987.

PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, v. 11, n. 2, 2008.

REIS, Livia. *Ser Universal: crentes engajados e práticas cotidianas na cidade de Maputo*. Rio de Janeiro, Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2018.

REIS, Livia. TEMPOS DE PANDEMIA, PRÁTICAS COTIDIANAS E PROJETO DE NAÇÃO: DE QUE EVANGÉLICOS ESTAMOS FALANDO?, *Debates Do NER*, v. 21, n. 40, p. 391-413, 2021.

ROSAS, Nina. Religião evangélica e mulheres no Brasil: atualizações, reali-nhamentos e lacunas de um campo de estudo. In: 45º Encontro Anual da ANPOCS, 2021. GT34 - Religião, política, direitos humanos: reconheci-mento e intolerâncias em perspectiva, 2021

SANTA'ANA, Raquel. *A nação cujo Deus é o Senhor: a imaginação de uma coletividade evangélica a partir da Marcha para Jesus*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

SANCHEZ, Beatriz Rodrigues. *Feminismo estatal: uma análise das interações entre os movimentos feministas e o Congresso Nacional brasileiro*. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

SCHIELKE, Samuli; DEBEVEC, Liza (org.). *Ordinary lives and grand schemes: an anthropology of everyday religion*, Brooklyn: Berhahn Books, 2012.

SCHELIGA, Eva Lenita. *Educando sentidos, orientando uma práxis: etno-grafia das práticas assistenciais de evangélicos brasileiros*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

TEIXEIRA, Jacqueline Moraes. *A mulher universal: corpo, gênero e pedagogia da prosperidade*. Rio de Janeiro: Mar de Ideias – Navegação Cultural, 2016.

TEIXEIRA, Jacqueline Moraes. *A conduta universal: governo de si e políticas de gênero na Igreja Universal do Reino de Deus*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

TEIXEIRA, Jacqueline; BARBOSA, Olivia. A Mulher e a família: agendas pentecostais na disputa pela gramática dos direitos humanos. *(Syn)thesis: Cadernos de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, 2022.

TEIXEIRA, Jacqueline; MELO, Flávia. No es humo, es fuego! Cruzada anti-gênero y resistencias feministas en Brasil. In: VEGA, Cristina; CABEZAS, Marta (ORG.) *En la/La trinchera patriarcal Neoliberalismo autoritario y nuevas derechas en Europa y las Américas*. Espanha: Bellaterra editora, 2022.

VITAL DA CUNHA, Christina. Retórica da perda e os Aliados dos Evangélicos na política brasileira. In: CARRANZA, Brenda; GUADALUPE, José Luiz Perez (org.). *Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do sec. XXI*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020.

TROUILLOT, Michel. The Anthropology of the State in the Age of Globalization: Close Encounters of the Deceptive Kind. *Current Anthropology*, v. 42, n. 1, p. 125-138, 2001.

VAGGIONE, J.M. La Iglesia Católica frente a la política sexual: la configuración de una ciudadanía religiosa. *Cadernos Pagu*, n. 50, 2017.

Recebido em: 29/12/2022

Aprovado em: 29/01/2022

COMENTÁRIOS

